



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Administração, dos Auditores
Independentes, do Comitê de Auditoria Estatutário e
Demonstrações Financeiras de 2024.

2024

Sumário

DESTAQUES 2024	5
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	9
RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	13
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
NOTAS EXPLICATIVAS.....	23
1. CONTEXTO OPERACIONAL	23
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	29
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	36
5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	37
6. REVENDEDORES	37
7. ADIANTAMENTOS.....	37
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS	38
9. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA	38
10. ATIVO FINANCEIRO – ACORDO SABESP	40
11. OUTROS CRÉDITOS.....	41
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO 43	
13. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS	45
14. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA.....	46
15. ATIVO CONTRATUAL.....	46
16. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO	47
17. INVESTIMENTOS.....	48
18. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO.....	49
19. IMOBILIZADO	50
20. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS.....	52
21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	52
22. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS	60
23. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR.....	63
24. OUTRAS OBRIGAÇÕES – INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO	64
25. OUTRA OBRIGAÇÃO	64
26. OUTROS PASSIVOS.....	65

27.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	65
28.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	66
29.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	70
30.	CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA.....	72
31.	RESULTADO FINANCEIRO	74
32.	SEGUROS	74
33.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	75
34.	GERENCIAMENTO DE RISCOS	75
35.	COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO.....	83
36.	ALTERAÇÕES NÃO CAIXA.....	84
37.	EVENTO SUBSEQUENTE	84
	MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA	86
	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	96
	DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	100

Relatório da Administração



O ano de 2024 foi um marco para a EMAE, com avanços estratégicos que impulsionaram nossa eficiência operacional, inovação e sustentabilidade. A privatização, concluída em outubro contribuiu para fortalecer nossa capacidade de investimentos e abrir um novo ciclo de crescimento para a companhia.

Registramos receita líquida de R\$ 621 milhões, um aumento de 3,0% em relação a 2023, impulsionado pela monetização de imóveis, como a cessão da área da Usina São Paulo e a locação do terreno da UTE Nova Piratininga. O resultado operacional atingiu R\$ 138 milhões, crescimento de 30,3%, refletindo maior eficiência, e o lucro líquido de R\$ 54,7 milhões demonstrou a solidez da empresa, mesmo diante de desafios financeiros e operacionais.

Entre os destaques do exercício, está a negociação para conclusão do acordo para encerramento do contrato de arrendamento da UTE Piratininga que resultará no recebimento de R\$ 220 milhões em indenização no 1º semestre de 2025, com impacto positivo de R\$ 66 milhões para a Companhia. Além disso,

mantivemos nosso compromisso com a modernização do parque gerador no qual investimos R\$ 140,4 milhões, avançando em projetos que garantirão maior confiabilidade e eficiência operacional.

Nosso compromisso ambiental avançou com a entrada em operação da Usina Fotovoltaica Flutuante no Reservatório Billings, que adicionou 5 MW de energia renovável, e com o Projeto 100 Anos do Reservatório Billings, que prevê o plantio de 100 mil mudas de árvores nativas criando um corredor ecológico. Essas iniciativas reforçam nossa posição como agente de transformação no setor energético.

Encerramos o ano com resultados sólidos e perspectivas promissoras. Agradeço nossos colaboradores, investidores e parceiros por contribuírem para esse novo momento da EMAE. Seguimos firmes no propósito de crescer com eficiência, inovação e sustentabilidade.

Karla Maciel
CEO

DESTAQUES 2024

O ano de 2024 foi marcado por avanços estratégicos e mudanças estruturais para a EMAE. A privatização consolidou uma nova fase de crescimento e modernização, com foco na eficiência operacional, diversificação da matriz energética e compromisso com a sustentabilidade.

R\$ 621 mi

Receita Líquida

Incremento de 3,0%, impulsionado pela cessão de área da Usina São Paulo e locação do terreno onde está instalada a UTE Nova Piratininga, compensando a redução em receitas de construção de ativos e serviços.

R\$ 138 mi

Resultado Operacional

Aumento de 30,3%, refletindo maior eficiência nas operações e ajustes que excluem efeitos extraordinários, como despesas com o Programa de Demissão Incentivada e baixas contábeis.

R\$ 55 mi

Lucro Líquido

Lucro de R\$ 54,7 milhões, impactado por menor rentabilidade financeira e despesas extraordinárias, como baixas de créditos e custos com reestruturação.

Os pontos a seguir destacam os principais eventos em 2024:

- ✓ Privatização Concluída – Phoenix Águas e Energia S.A. assume o controle da companhia em outubro de 2024.
- ✓ Acordo com a BSE/Petrobras – Encaminhamento do encerramento definitivo do contrato de arrendamento da UTE Piratininga em março de 2025, com a baixa de R\$ 154 milhões em contas a receber (*write-off*) e o recebimento de R\$ 220 milhões em indenização previsto para o 1º semestre de 2025, resultando em um impacto líquido positivo de R\$ 66 milhões.
- ✓ Investimentos – R\$ 140,4 milhões em Investimentos na modernização e melhorias nas usinas hidrelétricas sob gestão.
- ✓ PDI e Redução da Folha – O Programa de Demissão Incentivada gerou economia de 20% nos custos e despesas com pessoal.
- ✓ Locação do terreno da UTE Nova Piratininga – Receita de R\$ 21,2 milhões com a locação do terreno da UTE Fernando Gasparian.
- ✓ Monetização de Imóveis – Cessão da área da Usina São Paulo gerou R\$ 17,2 milhões em receita.
- ✓ Usina Fotovoltaica Flutuante – 5 MW em operação comercial no Reservatório Billings.

PERFIL

A EMAE é uma empresa especializada na geração de energia elétrica e na gestão de recursos hídricos, assegurando segurança e confiabilidade operacional. A companhia opera quatro usinas hidrelétricas no Estado de São Paulo: três delas funcionam sob o regime de cotas de garantia física de energia e potência, enquanto a quarta é uma pequena central hidrelétrica (PCH), administrada por sua subsidiária integral, Pirapora Energia S.A., que atua como produtora independente de energia. Essas unidades estão localizadas entre o município de Salto e a Baixada Santista.

Além da geração de energia, a EMAE gerencia um complexo sistema de barragens, diques e reservatórios, essenciais para o controle hídrico da região. Destaque para os reservatórios Billings e Guarapiranga, localizados na

zona sul da cidade de São Paulo, bem como para as usinas elevatórias São Paulo e Pedreira e o canal do Rio Pinheiros.

A empresa concentra suas atividades em três áreas principais:

- ✓ Produção e fornecimento de energia elétrica para consumidores regulados e livres;
- ✓ Construção e modernização de usinas, com foco em eficiência e sustentabilidade;
- ✓ Operação e manutenção de sistemas de geração e infraestrutura hídrica, atendendo tanto empresas privadas quanto órgãos públicos.

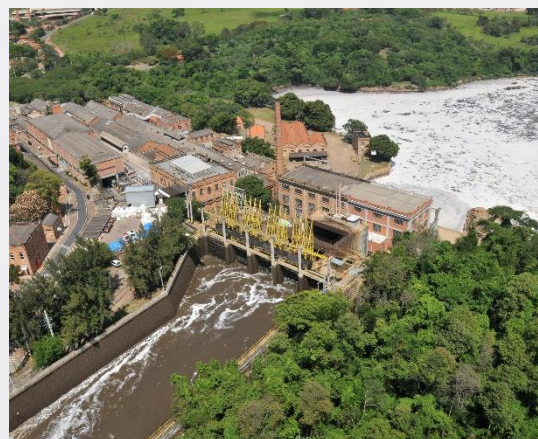
Em outubro de 2024, a EMAE foi privatizada, o que representa uma nova fase para a empresa. Essa mudança abre oportunidades para ampliar sua eficiência, atrair investimentos e fortalecer sua competitividade e protagonismo no setor elétrico.

USINAS



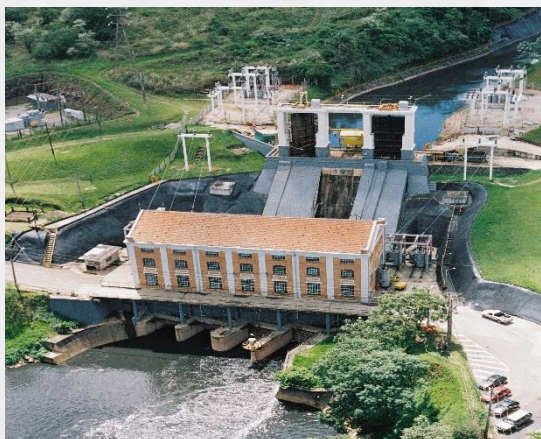
UHE Henry Borden

Cubatão, SP
Potência instalada: 889,0 MW
Garantia física: 115,4 MW médios
Período de concessão em Cotas de Garantia Física: ● 01/01/2013 ● 07/01/2043



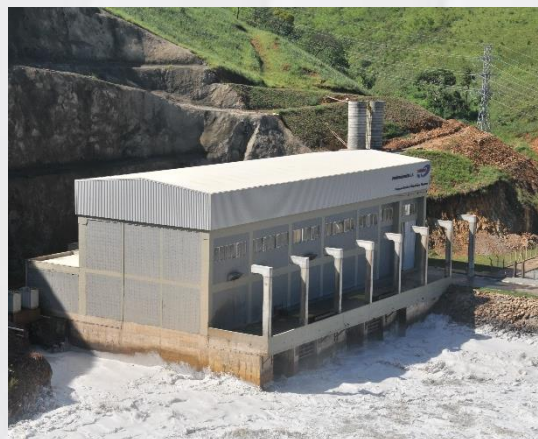
UHE Porto Góes

Salto, SP
Potência instalada: 24,8 MW
Garantia física: 11,6 MW médios
Período de concessão em Cotas de Garantia Física: ● 01/01/2013 ● 24/01/2043



UHE Rasgão

Pirapora do Bom Jesus, SP
Potência instalada: 22,0 MW
Garantia física: 11,8 MW médios
Período de concessão em Cotas de Garantia Física: ● 01/01/2013 ● 30/11/2042

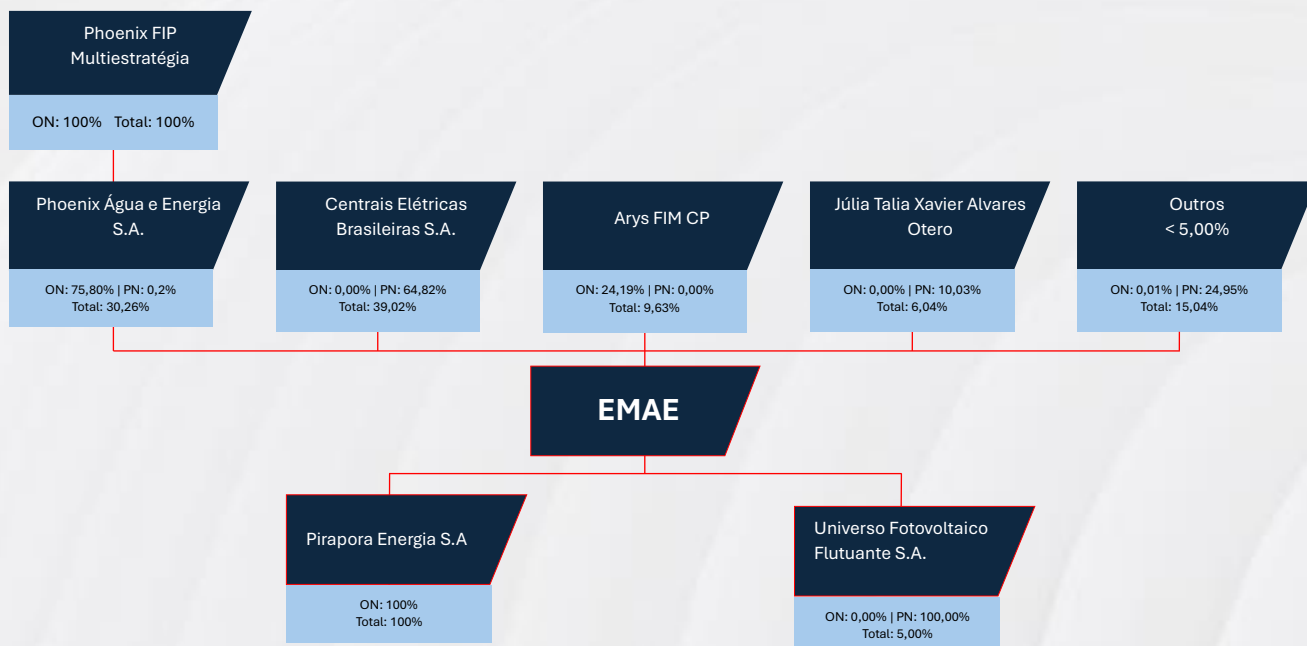


PCH Pirapora

Pirapora do Bom Jesus, SP
Potência instalada: 25 MW
Garantia física: 17,2 MW médios
Período de autorização como Produtor Independente: ● 24/06/2008 ● 31/12/2044

Estrutura de Controle

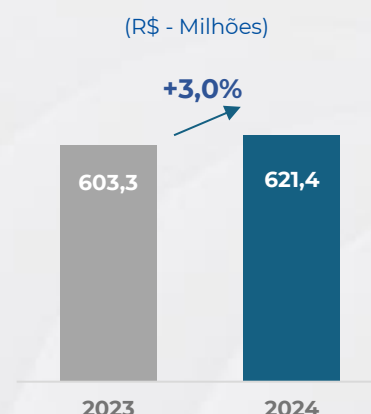
Empresa de capital aberto com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa Balcão, sob os códigos EMAE3 (ações ordinárias - ON) e EMAE4 (ações preferenciais - PN).



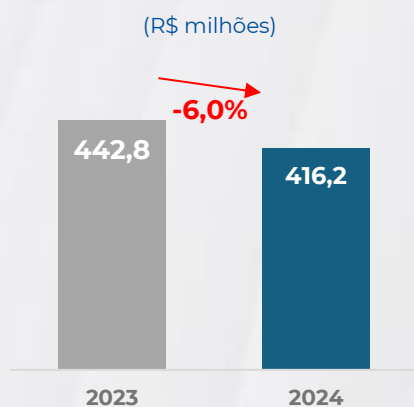
DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

Receita operacional

Ao final de 2024, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 621,4 milhões, representando um crescimento de 3,0% em relação a 2023, quando atingiu R\$ 603,3 milhões. O aumento foi impulsionado pela receita da cessão de área da Usina São Paulo, que gerou R\$ 17,2 milhões, e pela locação do terreno da UTE Nova Piratininga, com receita de R\$ 21,2 milhões. Em contrapartida, houve redução de R\$ 19,9 milhões na receita de construção de ativos e queda de R\$ 8,7 milhões na prestação de serviços, refletindo o encerramento do contrato de operação e manutenção da UTE Piratininga.



Custo do serviço de energia elétrica



Os custos dos serviços de energia elétrica totalizaram R\$ 416,2 milhões, uma redução de 6,0% em relação aos R\$ 442,8 milhões de 2023. O resultado foi influenciado pela redução de R\$ 19,9 milhões nos custos com a construção de ativos da concessão e pela queda de R\$ 11,4 milhões nos custos com pessoal, decorrente do Programa de Demissão Incentivada (PDI). Adicionalmente, houve redução de R\$ 8,1 milhões em benefícios pós-emprego e R\$ 2,9 milhões em seguros.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas somaram R\$ 140,2 milhões, um aumento de R\$ 27,8 milhões em relação a 2023. Esse crescimento foi impulsionado por R\$ 20,5 milhões em despesas com o Programa de Demissão Incentivada (PDI), além de R\$ 6,8 milhões em despesas de pessoal e R\$ 4,7 milhões em serviços de terceiros.

Resultado financeiro

Ao final do ano de 2024, o resultado financeiro atingiu R\$ 63,0 milhões, uma queda de 23,3% em relação ao ano anterior (R\$ 82,0 milhões). O desempenho foi impactado pela redução das disponibilidades em aplicações financeiras, além da redução de R\$ 3,6 milhões na remuneração do contrato da UTE Piratininga, decorrente do término do arrendamento.

Lucro líquido

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 54,7 milhões, uma redução de 63,6% em relação aos R\$ 150,5 milhões registrados em 2023. O resultado foi afetado pela baixa de R\$ 154,7 milhões em contas a receber, decorrente do acordo para encerramento do arrendamento da UTE Piratininga, que prevê, em contrapartida, o recebimento de R\$ 220 milhões em indenização, previsto para o primeiro semestre de 2025.

Caixa Líquido e endividamento

O caixa e equivalentes de caixa encerraram o exercício em R\$ 311,3 milhões, representando uma redução de R\$ 115 milhões em relação a 2023. A variação decorre, principalmente, dos investimentos realizados e do pagamento de R\$ 55,1 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) e 17,1 milhões transferidos para um fundo multimercado.

Remuneração aos acionistas

A EMAE destinou R\$ 29,9 milhões para pagamento de Juros sobre Capital Próprio - JCP, já imputados ao dividendo obrigatório de R\$ 13 milhões. Além disso, foi constituída reserva de contingência no valor de R\$ 22,1 milhões.

EBITDA E EBITDA AJUSTADO

O EBITDA ajustado atingiu R\$ 137,6 milhões, com margem de 25,5%, acima dos R\$ 105,6 milhões e margem de 21,1% registrados em 2023. O ajuste exclui receitas de construção de ativos, gastos com PDI, parte da contribuição extraordinária ao PSAP EMAE e outras receitas e despesas não recorrentes.

	2024	2023	Δ%
Receita operacional líquida	621,4	603,3	3,0
Custo	-416,2	-442,8	-6,0
Despesas operacionais	-140,2	-112,4	24,7
Depreciação e amortização	10,5	7,1	48,0
Outras receitas e despesas	-74,8	29,3	-355,6
EBITDA *	0,7	84,4	-99,2
% ROL	0,1	14,0	-99,3
Receita operacional líquida AJUSTADA	538,8	500,8	7,6
EBITDA AJUSTADO**	137,6	105,6	30,4
% ROL AJUSTADA	25,5	21,1	

* O EBITDA (sigla para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma a oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o Ebitda de maneira diferente da aqui apresentada.

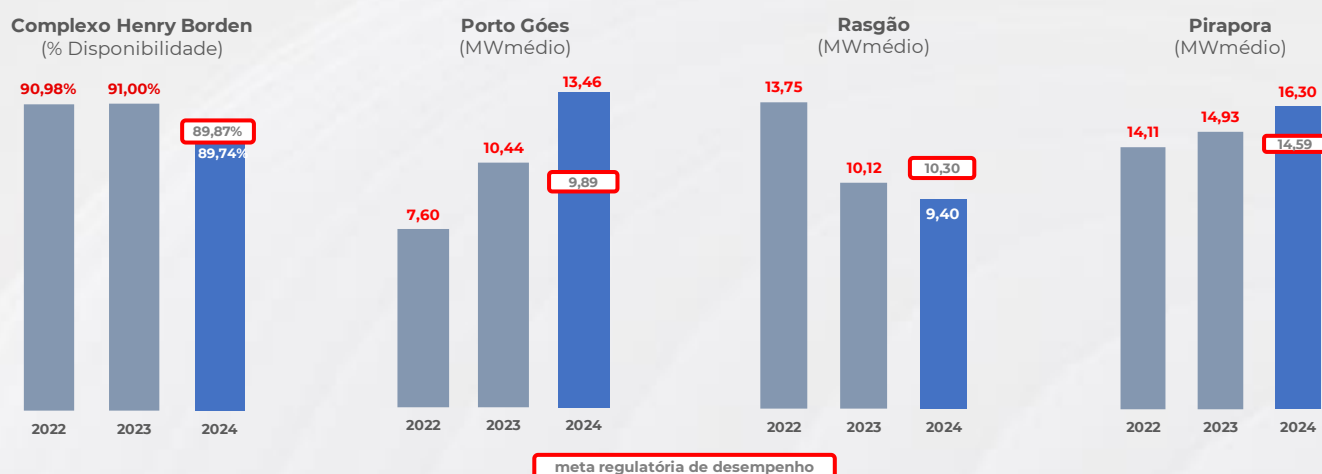
** O EBITDA ajustado exclui do seu cálculo a rubrica outras receitas e despesas, custos com o Plano de Demissão Incentivada e parte dos gastos incorridos com o plano de benefícios pós-emprego PSAP/EMAE. Além dos expurgos já mencionados no EBITDA ajustado, na margem líquida ajustada está sendo excluída as receitas relativas à construção dos ativos da concessão.

Padrão de qualidade da geração

A EMAE acompanha continuamente o desempenho de suas usinas hidrelétricas, adotando medidas para otimizar a disponibilidade e a geração de energia, buscando o atendimento dos indicadores de desempenho regulatório estabelecidos pela ANEEL. Em 2024, os resultados apresentaram variações entre os empreendimentos, com usinas superando as metas estabelecidas, enquanto outras operaram abaixo dos índices regulatórios.

- Complexo Henry Borden: apresentou disponibilidade de 89,74%, ficando ligeiramente abaixo da meta regulatória de 89,87%.
- Porto Góes: atingiu a geração de 13,46 MW médios, superando significativamente os valores de anos anteriores e acima da meta regulatória de 9,89 MW médios.
- Rasgão: registrou 9,40 MW médios, abaixo da meta regulatória de 10,30 MW médios, refletindo desafios operacionais enfrentados no exercício.

- Pirapora: apresentou uma geração de 16,30 MW médios, superando tanto os valores históricos quanto a meta regulatória de 14,59 MW médios.



Auditoria Independente – Resolução CVM 162/22

A EMAE conta com os serviços de auditoria independente prestados pela BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada, inscrita no CNPJ nº 54.276.936/0001-79 e registrada na CVM sob o código 010324. A BDO assumiu a responsabilidade pelo exame das demonstrações financeiras da Companhia a partir de fevereiro de 2025, incluindo a auditoria das demonstrações do quarto trimestre de 2024.

Em conformidade com as normas brasileiras de preservação da independência do auditor independente, a BDO não presta à EMAE e à sua subsidiária integral, Pirapora Energia S.A., quaisquer serviços que não estejam diretamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras e contábeis regulatória.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A EMAE incorpora a preservação do meio ambiente em todas as suas operações e projetos. Uma das práticas adotadas pela empresa é o gerenciamento de resíduos, que inclui tanto os detritos que chegam às suas estruturas e reservatórios quanto o lixo gerado em seus escritórios.

Os resíduos são recolhidos e encaminhados para o descarte adequado, sendo destinados para reciclagem por cooperativas, processos de compostagem ou aterros sanitários oficiais, dependendo de suas características.

Além disso, a remoção de detritos e vegetação flutuante contribui para a melhoria das instalações no médio Tietê e rio Pinheiros, reduzindo o volume que se acumularia nos equipamentos das estruturas, incluindo as usinas elevatórias. A EMAE também possui barreiras flutuantes nas desembocaduras de todos os córregos que chegam ao rio Pinheiros, o que retém grande volume de detritos antes de chegar ao rio, evitando sua dispersão ao longo do espelho d'água. Os resíduos retidos nas barreiras são removidos com o uso de conjuntos escavo-barcaças.

Em 2024, a EMAE avançou na diversificação da matriz energética, destacando-se com a Usina Fotovoltaica Flutuante no Reservatório Billings (UFF Araucária) e a comercialização de 950 mil certificados de energia renovável (I-RECs), com o recurso aplicados em projetos socioambientais.

No âmbito da recuperação ambiental, a empresa fortaleceu sua parceria no projeto Pomar Urbano e lançou o Projeto 100 anos do Reservatório Billings, que proporcionará o Corredor Ecológico, que prevê o plantio de 100 mil mudas de árvores nativas no entorno do Reservatório Billings e do Rio Pinheiros, contribuindo para a biodiversidade e mitigação climática.

A EMAE também investe na conscientização ambiental, promovendo iniciativas como a 23ª Semana do Meio Ambiente, que engajou colaboradores e a comunidade em ações educativas. Dessa forma, a empresa não apenas reduz os impactos gerados por terceiros, mas também implementa soluções sustentáveis para a preservação dos recursos naturais.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ATIVO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

		Controladora		Consolidado	
		31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	288.306	412.344	311.326	426.282
Aplicações financeiras.....	5	17.090	-	17.090	-
Revendedores.....	6	40.029	42.003	45.561	47.269
Ativo contratual.....	15	19.727	17.314	19.727	17.314
Adiantamentos.....	7	35.000	-	35.000	-
IR e CSLL a recuperar.....		499	3.946	65	3.946
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	8	11.410	7.642	11.457	7.642
Estoque.....		2.054	1.826	2.054	1.826
Despesas antecipadas.....		6.791	396	6.807	413
Arrendamento UTE Piratininga.....	9	-	144.576	-	144.576
Ativo financeiro - Acordo Sabesp.....	10	9.135	8.708	9.135	8.708
Cauções e depósitos vinculados.....	13	486	232	490	232
Ativo não circulante mantido para venda.....	14	211.470	255.400	211.470	255.400
Outros créditos.....	11	11.020	8.965	2.786	1.457
		653.017	903.352	672.968	915.065
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Ativo financeiro - Acordo Sabesp.....	10	89.401	87.813	89.401	87.813
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	12	101.541	92.040	101.541	92.040
Cauções e depósitos vinculados.....	13	60.330	57.723	60.330	57.723
Ativo contratual.....	15	471.189	358.573	471.189	358.573
Ativo reversível da concessão.....	16	195.374	195.374	195.374	195.374
Investimentos.....	17	156.090	153.290	-	1.503
Propriedades para investimento.....	18	221.695	144.717	221.695	144.717
Imobilizado.....	19	119.584	76.907	256.442	217.926
Intangível.....		18.353	16.523	18.353	16.556
		1.433.557	1.182.960	1.414.325	1.172.225
TOTAL DO ATIVO.....		2.086.574	2.086.312	2.087.293	2.087.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

		Controladora	Consolidado		
	Notas explicativas	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores.....		5.399	4.639	5.930	5.136
Folha de pagamento.....		2.401	3.543	2.401	3.543
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	20	10.811	16.405	10.811	16.405
Benefícios pós-emprego, previdência complementar.....	21	71.641	60.000	71.641	60.000
Tributos e contribuições sociais.....		5.697	7.137	5.877	7.294
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....		-	-	-	316
Dividendos e juros sobre capital próprio.....		3.532	31.586	3.532	31.586
Encargos de uso da rede elétrica.....		170	170	170	170
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	24	19.727	17.314	19.727	17.314
Outra obrigação	25	636	626	636	626
Obrigações Especiais - RGR.....	23	1.801	1.801	1.801	1.801
Obrigações Setoriais.....		3.853	4.041	3.861	4.049
Outros passivos.....	26	7.109	3.897	7.109	3.897
		132.777	151.159	133.496	152.137
NÃO CIRCULANTE					
Benefícios pós-emprego, previdência complementar.....	21	148.603	298.121	148.603	298.121
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	22.1	122.777	105.199	122.777	105.199
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	24	484.539	427.753	484.539	427.753
Outra obrigação	25	10.589	11.223	10.589	11.223
Obrigações Especiais - RGR.....	23	1.798	3.599	1.798	3.599
Obrigações Setoriais.....		769	769	769	769
		769.075	846.664	769.075	846.664
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....	28	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital.....		387.130	387.130	387.130	387.130
Outros resultados abrangentes.....		114.266	42.865	114.266	42.865
Reservas de lucros.....		397.915	373.083	397.915	373.083
		1.184.722	1.088.489	1.184.722	1.088.489
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		2.086.574	2.086.312	2.087.293	2.087.290

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto lucro por ação

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	29	574.009	558.887	621.368	603.326
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	30	(399.723)	(424.716)	(416.206)	(442.849)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....		174.286	134.171	205.162	160.477
Receitas/ Despesas Operacionais					
Despesas gerais e administrativas.....	30	(140.675)	(113.050)	(140.211)	(112.435)
Outras receitas e (despesas).....	30	(74.797)	29.261	(74.797)	29.261
Equivalência Patrimonial em controlada.....		31.113	27.255	-	-
		(184.359)	(56.534)	(215.008)	(83.174)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....		(10.073)	77.637	(9.846)	77.303
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas.....	31	43.612	61.609	45.527	64.375
Despesas.....	31	(480)	(2.105)	(481)	(2.200)
Variações monetárias líquidas.....	31	17.908	19.857	17.908	19.857
		61.040	79.361	62.954	82.032
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		50.967	156.998	53.108	159.335
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes.....	12.1/12.2	(42.528)	(54.811)	(44.669)	(57.148)
Diferidos.....	12.1/12.2	46.285	48.293	46.285	48.293
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	28.2	54.724	150.480	54.724	150.480
LUCRO ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores e não controladores.....		54.724	150.480	54.724	150.480
LUCRO BÁSICO POR:					
Ação preferencial.....	28.2	R\$ 1,54	R\$ 4,23		
Ação ordinária.....	28.2	R\$ 1,40	R\$ 3,84		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício.....	54.724	150.480
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado.....		
Ajuste de elementos do Passivo.....	108.183	(73.705)
Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	(36.782)	25.060
Total do resultado abrangente do exercício.....	126.125	101.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		RESERVAS DE LUCRO				DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
		SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO	INCENTIVOS FISCAIS	AJUSTES DE ELEMENTOS DO ATIVO	AJUSTES DE ELEMENTOS DO PASSIVO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RECOMPOSIÇÃO DE ATIVOS	RESERVA PARA CONTINGÊNCIA	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR			
Saldos em 1 de janeiro de 2023.....	285.411	383.618	3.512	243.517	(152.007)	41.781	144.076	101.391	28.243	44.640	-	1.124.182
Aprovação de dividendo adicional proposto - ano calendário 2022.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.640)	-	(44.640)
Perdas atuariais líquidas do efeito tributário.....	-	-	-	-	(48.645)	-	-	-	-	-	-	(48.645)
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.645)	(64.645)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	150.480	150.480
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	7.524	-	-	-	-	(7.524)	-
Realização de reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.243)	-	-	(28.243)
Constituição de reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	-	-	-	78.311	-	-	-	(78.311)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	285.411	383.618	3.512	243.517	(200.652)	49.305	222.387	101.391	-	-	-	1.088.489
Ganhos atuariais líquidos do efeito tributário.....	-	-	-	-	71.401	-	-	-	-	-	-	71.401
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.892)	(29.892)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.724	54.724
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	2.735	-	-	-	-	(2.735)	-
Reserva para contingência.....	-	-	-	-	-	-	-	22.097	-	-	(22.097)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	285.411	383.618	3.512	243.517	(129.251)	52.040	222.387	123.488	-	-	-	1.184.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Atividades operacionais				
Resultado do exercício.....	54.724	150.480	54.724	150.480
Resultado de equivalência patrimonial.....	(31.113)	(27.255)	-	-
Depreciação/ amortização.....	5.981	2.560	10.496	7.092
Indenizações - desapropriações.....	(31)	(288)	(31)	(288)
Baixa - terrenos vinculados à concessão.....	-	2.484	-	2.484
Despesa de entidade de plano de previdência.....	30.489	41.144	30.489	41.144
Perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	(526)	-	(526)
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	26.460	7.797	26.460	7.797
Tributos diretos.....	(14.410)	3.718	(12.794)	5.570
Apropriação Comgás.....	(624)	(628)	(624)	(628)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	(2.820)	(766)	(2.820)	(766)
Ajuste a valor justo - Elementos do Ativo.....	(31.546)	(32.630)	(31.546)	(32.630)
Provisão - Investimentos na Concessão.....	78.612	87.944	78.612	87.944
Apropriação despesas antecipadas.....	(6.395)	4.129	(6.394)	4.129
Atualização depósitos vinculados.....	(3.572)	(5.994)	(3.572)	(5.994)
Conciliação depósitos judiciais.....	-	1.737	-	1.737
Baixas.....	877	-	877	-
Juros e variações monetárias acordo Sabesp.....	(11.769)	(11.319)	(11.769)	(11.319)
Juros e variações monetárias arrendamento UTP.....	-	(13.161)	-	(13.161)
Write-off encerramento contrato de arrendamento UTP.....	96.831	-	96.831	-
Variações nos ativos e passivos				
Aplicações financeiras.....	(17.090)	-	(17.090)	-
Revendedores.....	1.974	(774)	1.708	(1.096)
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	(3.768)	(357)	(3.815)	(357)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar.....	3.447	(3.139)	3.565	(3.532)
Adiantamentos.....	(35.000)	-	(35.000)	-
Estoques.....	13	16	13	16
Despesas antecipadas.....	-	(606)	-	(623)
Cauções e depósitos vinculados.....	711	(8.064)	707	(8.064)
Sabesp.....	9.754	9.371	9.754	9.371
Outros créditos.....	(1.138)	251	(1.329)	656
Fornecedores.....	760	(4.994)	794	(4.988)
Folha de pagamento	(1.142)	(241)	(1.142)	(241)
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	(5.594)	(95)	(5.594)	(95)
Contribuições para o plano de previdência.....	(60.184)	(56.218)	(60.184)	(56.218)
Tributos e contribuições sociais	1.637	(9.979)	1.660	(9.992)
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	-	-	-	316
Obrigações setoriais.....	(189)	3.142	(188)	3.143
Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas.....	(8.882)	(23.131)	(8.882)	(23.131)
Encargos de uso da rede elétrica.....	-	(10)	-	(10)
Obrigações especiais - RGR.....	(1.801)	(1.800)	(1.801)	(1.800)
Outros	3.212	(1.196)	3.212	(1.196)
	78.414	111.602	115.327	145.224

Dividendos recebidos.....	25.893	31.420	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos.....	(31.873)	(52.011)	(33.488)	(53.863)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	72.434	91.011	81.839	91.361
<u>Atividades de investimento</u>				
Aquisição de imobilizado.....	(18)	(45)	(34)	(1.307)
Ativo contratual.....	(140.353)	(127.463)	(140.353)	(127.463)
Aquisição de intangível.....	(3.840)	(4.036)	(3.840)	(4.036)
Indenizações - desapropriações.....	31	289	31	289
Recebimento de arrendamento	-	136.458	-	136.458
Recebimento da venda de ativo imobilizado.....	2.820	779	2.820	779
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(141.360)	5.982	(141.683)	4.720
<u>Atividades de financiamento</u>				
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos.....	(55.112)	(106.540)	(55.112)	(106.540)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(55.112)	(106.540)	(55.112)	(106.540)
Redução de caixa e equivalentes	(124.038)	(9.547)	(114.956)	(10.459)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	412.344	421.891	426.282	436.741
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....	288.306	412.344	311.326	426.282
Redução de caixa e equivalentes	(124.038)	(9.547)	(114.956)	(10.459)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Receitas operacionais.....	547.669	524.369	596.823	570.492
Outras receitas.....	(74.797)	29.261	(74.797)	29.261
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa - constituição.....	183	526	183	526
Receitas relativas à construção de ativos próprios e da concessão.....	86.467	106.621	86.788	107.883
	559.522	660.777	608.997	708.162
Menos:				
Insumos				
Energia de curto prazo - CCEE.....	24	-	230	-
GSF (Garantia física).....	-	-	2.228	2.123
Encargos de uso da rede elétrica.....	50.168	51.903	50.858	52.411
Serviços de terceiros.....	142.179	129.447	144.734	133.904
Materiais.....	43.939	65.153	44.291	66.061
Provisão - Investimentos na Concessão.....	78.611	87.944	78.611	87.944
Outros custos operacionais.....	30.614	308	31.156	852
	345.535	334.755	352.108	343.295
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	213.987	326.022	256.889	364.867
DEPRECIAÇÃO/ AMORTIZAÇÃO.....	(5.982)	(2.560)	(10.496)	(7.092)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE.....	208.005	323.462	246.393	357.775
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras.....	43.612	64.388	45.527	67.155
Equivalência Patrimonial.....	31.113	27.255	-	-
Variações monetárias líquidas.....	17.908	19.857	17.908	19.857
	92.633	111.500	63.435	87.012
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR.....	300.638	434.962	309.828	444.787
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal:				
Remuneração do trabalho e benefícios (exceto INSS/FGTS).....	113.837	118.295	117.842	122.663
Entidade de previdência à empregados - Contribuição ao plano.....	30.489	41.144	30.489	41.144
F.G.T.S.....	11.897	7.584	12.151	7.860
	156.223	167.023	160.482	171.667

Impostos, taxas e contribuições:

Encargos setoriais:

Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos.....	6.778	9.630	6.778	9.630
Taxa de fiscalização do serviço público de energia elétrica.....	1.571	1.584	1.674	1.678
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	4.395	4.437	4.395	4.437

	12.744	15.651	12.847	15.745
--	--------	--------	--------	--------

Federais:

Imposto de renda e contribuição social.....	(3.757)	6.518	(1.616)	8.855
COFINS/ PIS.....	41.700	55.910	43.495	57.594
INSS.....	15.021	18.631	15.907	19.598

	52.964	81.059	57.786	86.047
--	--------	--------	--------	--------

Municipais:

ISS.....	313	747	313	747
IPTU.....	15.669	11.225	15.669	11.225

	15.982	11.972	15.982	11.972
--	--------	--------	--------	--------

	81.690	108.682	86.615	113.764
--	--------	---------	--------	---------

Remuneração de capitais de terceiros:

Juros e encargos de dívidas.....

480	2.105	481	2.200
-----	-------	-----	-------

Aluguéis.....

7.521	6.672	7.526	6.676
-------	-------	-------	-------

8.001	8.777	8.007	8.876
-------	-------	-------	-------

Remuneração de capitais próprios:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio.....

29.892	64.645	29.892	64.645
--------	--------	--------	--------

Lucros retidos.....

24.832	85.835	24.832	85.835
--------	--------	--------	--------

Lucro líquido do exercício.....

54.724	150.480	54.724	150.480
--------	---------	--------	---------

TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

300.638	434.962	309.828	444.787
---------	---------	---------	---------

NOTAS EXPLICATIVAS

Nesta seção são apresentadas as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os valores estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAEE) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, com suas ações preferenciais negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 2 de outubro de 2024, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações do Capital e Outras Avenças entre o Governo do Estado de São Paulo e a Phoenix Águas e Energia S.A. Esse contrato, previsto no Edital SPI nº 01/2024 da Secretaria de Parcerias e Investimentos do Estado de São Paulo, formalizou a alienação das ações da EMAEE.

O controle acionário da Companhia passou a ser detido diretamente pela Phoenix Águas e Energia S.A., sociedade de propósito específico inscrita no CNPJ nº 55.346.267/0001-27, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1811, Sala 1.119, São Paulo – SP. Indiretamente, o controle é exercido pelo Phoenix Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ nº 54.393.170/0001-02, que venceu o leilão promovido pelo Estado de São Paulo em 19 de abril de 2024.

O contrato resultou na transferência à Phoenix Águas e Energia S.A. do controle acionário da EMAEE, composto por 11.009.566 ações ordinárias e 50.891 ações preferenciais, anteriormente detidas pelo Estado de São Paulo e pela Companhia do Metropolitano de São Paulo. Essas ações ordinárias representam 74,867657% do capital votante da EMAEE, enquanto as ações preferenciais equivalem a 0,229213% das ações preferenciais e 29,936183% do capital social total da Companhia.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção e a comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAEE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

1.1 Usinas Hidrelétricas em Regime de Cotas

A EMAEE opera o complexo hidroenergético Henry Borden, que compreende as estruturas do canal Pinheiros, os reservatórios e respectivos barramentos e estruturas de controle e vertimento, Guarapiranga, Billings e Rio das Pedras, na Região Metropolitana de São Paulo e a usina hidrelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e as usinas hidrelétricas - UHEs Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMAE celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência dessas usinas da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo cada usina remunerada por Receita Anual de Geração (RAG) e submetida aos padrões de qualidade.

A RAG é calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a remuneração e os custos de operação, manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos - CFURH. Desde a revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a considerar também os investimentos em melhorias dos ativos da concessão de cada usina.

Para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência.

1.2 PCH Pirapora

A Pirapora Energia S.A., foi constituída como subsidiária integral da Companhia para a construção e gestão da Pequena Central Hidrelétrica Pirapora (PCH). Esta usina possui duas unidades geradoras, potência instalada de 25 MW e a garantia física de 17,17 MW.

A PCH Pirapora obteve autorização para operar por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429/2008, alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972/2021, que redefiniu o prazo de vigência para 31 de dezembro de 2044. Esse prazo foi novamente prorrogado, estendendo-se até 02 de maio de 2045, como determinado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023. Em 2010, a empresa comercializou 16 MW no leilão ANEEL nº 03/2010, resultando em Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) com 27 distribuidoras. O período de suprimento iniciou em 01 de janeiro de 2015 e terminará em 31 de dezembro de 2044, e o valor de venda é atualizado pela variação do IPCA na data base de reajuste de cada distribuidora.

1.3 Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga ("UTE Piratininga") em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") que a opera em conjunto com a usina Fernando Gasparian, construída pela Petrobras em área da EMAE, aumentando a eficiência de ambas. O contrato tinha prazo de 17 anos, e na ocasião foi firmado concomitantemente contrato de serviços de operação e manutenção da usina Piratininga pela EMAE.

A usina arrendada possui quatro unidades geradoras sendo que apenas duas estavam em atividade, integradas à operação em ciclo combinado, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desde 7 de agosto de 2017.

Em 26 de abril de 2024, a EMAE, a Petrobras e a Baixada Santista Energia firmaram o Termo de Encerramento do Contrato de Arrendamento com Quitação Parcial e Pendências, que se encontra em fase de formalização, conforme detalhado em nota explicativa nº 9 – Arrendamento.

1.4 Expansão de Geração de Energia Elétrica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

a. Hidrelétrica

O contrato de concessão da UHE Edgard de Souza expirou em 2018, e a Portaria nº 313, de 30 de junho de 2018, dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão dessa UHE, permitindo que a EMAE tenha livre disponibilização dos bens.

Considerando o Inventário de Aproveitamentos Hidrelétricos da cascata do rio Tietê, a EMAE iniciou tratativas com o Poder Concedente e registrou seu interesse no aproveitamento hidroenergético Edgard de Souza, o que foi homologado em abril de 2019.

Em novembro de 2022, a companhia obteve o DRS, Despacho de Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo, considerando potência a ser instalada de 18 MW o que permite a busca do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos para o projeto de motorização da estrutura.

b. Fotovoltaica Flutuante

A partir de Chamadas Públicas, em 2020 e 2021, a EMAE estabeleceu consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 130 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

A potencial receita dessa iniciativa se dará por meio de participação da EMAE em futuras SPEs que explorarão comercialmente centrais flutuantes de geração de energia elétrica que serão conectadas à rede de distribuição de energia na modalidade de geração

distribuída. A primeira SPE foi criada em 2023, em parceria com a KWP Energia, uma vez que todas as condicionantes para a implantação dos primeiros 5 MW foram atendidas.

Nesse modelo, o aporte do direito de uso da superfície do reservatório dará para a EMAE aproximadamente 5% de participação no capital das SPEs, tendo a companhia a opção de aumentar sua participação até 49% através de aportes financeiros. Os parceiros serão responsáveis pelo CAPEX e pela operação dos futuros empreendimentos.

c. Fonte Térmica

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP” com capacidade de até 2,5 GW em ciclo combinado.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Visando a estruturação e implantação do empreendimento, a EMAE firmou parceria através da Chamada Pública 01/2015, com o Consórcio GASEN que foi sucedido em 2022, pela empresa EDGE S.A.

1.5 Aproveitamento do Patrimônio Imobiliário

a. Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

Em 2020 a EMAE concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$ 280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

O período de recebimento da parcela referente à outorga fixa teve início em janeiro de 2024, com término previsto em dezembro de 2044 e o referente à outorga variável será de acordo com os seguintes percentuais calculados sobre o faturamento bruto do projeto: 4% (de dezembro de 2022 a novembro de 2025), 6% (de dezembro de 2025 a novembro de 2028), 8% (de dezembro de 2028 até o fim do contrato).

b. Alienação de imóveis

A EMAE tem continuamente avaliado seus imóveis e destina à venda aqueles que não aportam para a atividade operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada em Reunião de Diretoria ocorrida em 24 de março de 2025. Em seguida foram apreciadas pelo Comitê de Auditoria e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterá-las.

2.2 Moeda Funcional e Base de Apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e à medida que novos fatos ou informações estejam disponíveis, os valores são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- Nota 11 – Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 12 – Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 15 – Apuração do ativo contratual;

- Nota 16 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 17 – Investimentos;
- Nota 19 – Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment;
- Nota 21 - Benefícios pós-emprego, previdência complementar;
- Nota 22.1 – Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 24 – Outras Obrigações – Investimentos na concessão;
- Nota 33 - Instrumentos financeiros;
- Nota 34 – Gerenciamento de Riscos;
- Nota 35 – Compromissos de Longo Prazo, e
- Nota 36 – Alterações não Caixa.

2.4 Base de Mensuração.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são elaboradas com base no custo histórico, exceto nos seguintes casos:

Planos de previdência complementar (benefício definido): reconhecidos pelo valor presente da obrigação com benefícios definidos, deduzido do valor justo dos ativos do plano;

Propriedades para investimento mensuradas a valor justo, com alterações reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

2.5 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

2.7 Informações por Segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Portanto, não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Receita operacional

As fontes de receita operacional da Companhia e sua controlada referem-se a:

Regime de cotas

A Receita Anual de Geração (RAG) das usinas objeto do segundo termo aditivo ao contrato de concessão remunera os serviços de operação e manutenção, os investimentos realizados, investimentos a realizar e os encargos setoriais. A RAG relativa aos serviços de operação e manutenção e aos encargos setoriais é reconhecida mensalmente no resultado à razão de 1/12 avos, de maneira a permitir a sua confrontação com os custos do mesmo período. O recebimento da receita de cotas ocorre em bases mensais na mesma proporção da receita reconhecida pelo regime de competência.

Renda da prestação de serviços

A Companhia possui contratos de prestação de serviços:

- Operação da UTE Piratininga
- Operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.

A Companhia reconhece a receita à medida que os serviços contratados são realizados.

Receitas relativas à construção de ativos da Concessão

A proposta adotada pela ANEEL na revisão periódica de 2018 incluiu na Receita, parcela destinada à implantação de melhorias (GAG melhorias), com o objetivo de aumentar os níveis de qualidade do serviço, priorizando a segurança energética do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Essa parcela está associada ao atendimento dos índices de qualidade exigidos no Contrato de Concessão e no seu valor estão compreendidas a troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos, bem como os custos de investimentos relativos a dispêndios socioambientais e de demandas da Administração, até o final da concessão.

Os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta “Outras Obrigações – Investimentos na Concessão”, de acordo com o critério previsto no item 21 da ICPC 01 – Contratos de Concessão, com base em estimativa elaborada pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

3.2 Receitas e despesas Financeiras

As receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado à medida que as receitas são auferidas ou os juros são incorridos. As variações monetárias são apropriadas ao resultado de acordo com a variação dos índices de atualização monetária no período de competência.

3.3 Previdência a Empregados

a. Benefícios de curto prazo a colaboradores

As despesas com benefícios de curto prazo a colaboradores são reconhecidas no resultado, na rubrica de entidade de previdência a empregados, à medida que o serviço correspondente é prestado.

b. Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuição ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado, na rubrica custos e despesas de pessoal.

c. Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício, o qual é apresentado pelo valor líquido de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado por atuário qualificado.

Mensurações da obrigação líquida de benefício definido que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

3.4 Tributos e encargos setoriais sobre vendas e serviços

Os principais tributos que incidem sobre as receitas da Companhia:

Imposto Sobre Serviços (ISS) – de 2% até 5%, incidentes sobre serviços de qualquer natureza;

Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para cotas de energia elétrica, RAG, sobre a prestação de serviços e locações;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60% sobre as cotas de energia elétrica, RAG, sobre a prestação de serviços e locações;

P&D – Programa de pesquisa e desenvolvimento - corresponde a 1% da receita operacional líquida de geração, conforme determinação da ANEEL.

Esses tributos e encargos são deduzidos das receitas as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS gerados pelos custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas na demonstração do resultado.

3.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

O imposto de renda e a contribuição social, tanto corrente quanto diferidos, são calculados com as seguintes alíquotas:

Imposto de Renda: 15%, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240.

Contribuição Social: 9% sobre o lucro tributável.

Quando aplicável, é permitida a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

Os impostos são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A compensação entre impostos a pagar e a recuperar ocorre somente se certos critérios permitidos legalmente forem atendidos.

A Controlada Pirapora Energia S.A. adotou o regime de Lucro Presumido nos exercícios de 2024 e 2023.

Imposto Corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao valor estimado a pagar ou a recuperar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, incluindo eventuais ajustes de exercícios anteriores. Esse montante é reconhecido no balanço patrimonial na rubrica "Imposto de renda e contribuição social a recuperar ou a recolher", com base na melhor estimativa dos valores a serem pagos ou recebidos, considerando eventuais incertezas. A mensuração é feita conforme as alíquotas vigentes na data do balanço.

Imposto Diferido

Os ativos e passivos fiscais diferidos são registrados para refletir as diferenças temporárias entre os valores contábeis e os valores tributáveis de ativos e passivos. As variações nesses ativos e passivos ao longo do exercício são reconhecidas como despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias não utilizadas, desde que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que

permitam sua compensação. Esses ativos são revisados periodicamente e podem ser reduzidos caso sua realização futura não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos considera as alíquotas aplicáveis no momento da reversão das diferenças temporárias e reflete a forma como a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

3.6 Estoque

Os materiais em estoque nos almoxarifados são classificados no ativo circulante (quando para manutenção) e no ativo imobilizado em curso (quando destinados a obras) e estão registrados ao custo médio de aquisição.

3.7 Arrendamentos para terceiros

Desde 2007, a Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, o qual, na data de seu início foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização das contas a receber.

O reconhecimento da receita financeira baseia-se na taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da Companhia no arrendamento mercantil financeiro.

O contrato foi encerrado em abril de 2024.

3.8 Ativo contratual

O escopo da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, no caso da Companhia, especificamente relacionados com os investimentos na infraestrutura da concessão realizados após a renovação da concessão em 2012, os quais estão classificados como ativo contratual por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª e 4ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 - ANEEL.

O Ativo contratual é amortizado de acordo com o prazo remanescente da concessão concomitantemente à redução na provisão constituída na rubrica de Outras Obrigações – Investimento na Concessão.

3.9 Ativo reversível da concessão

Em 4 de dezembro de 2012, as concessões das usinas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes foram renovadas e, de acordo com a Lei 12.783, no momento da renovação da concessão, os ativos da concessão foram revertidos para a União mediante indenização, cujo valor está em processo de definição pelo Poder Concedente. A partir de então a Companhia passou a operar e manter esses ativos no regime de cotas de energia e de potência.

A Companhia mantém registrados, na rubrica ativo reversível da concessão, os ativos mensurados ao seu valor contábil residual na data de 31 de dezembro de 2012, ou seja, pelo valor reclassificado da rubrica ativo imobilizado.

3.10 Investimentos

Participação acionária em controlada e coligada reconhecida pelo método da equivalência patrimonial.

3.11 Propriedades para investimento

Bens corpóreos destinados à obtenção de renda ou valorização do capital reconhecidos a valor justo.

3.12 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

A Companhia e sua controlada reconhecem os gastos com investimentos no ativo imobilizado se for provável que o bem tangível tenha vida útil econômica superior a um ano e se espera que venham trazer benefícios econômicos futuros para a Companhia. Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b. Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios econômicos futuros sejam auferidos pela Companhia e sua controlada.

c. Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil dos ativos imobilizados estabelecida pela ANEEL. A determinação da depreciação sobre o imobilizado de Pirapora levou em consideração a melhor estimativa de sua Administração quanto ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração, não amortizados ao final da autorização. As taxas médias anuais de depreciação estão apresentadas na Nota 19.

3.13 Intangível

Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os gastos com investimentos no ativo intangível se estes resultem de direitos contratuais ou de outros direitos legais que trarão benefícios econômicos futuros. Os itens do intangível são mensurados pelo custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzidos de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Amortização

A amortização é calculada pelo método linear.

3.14 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus instrumentos financeiros pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros classificados como “custo amortizado” são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescidos dos custos de transação e mensurados posteriormente utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

3.15 Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros

Ativos financeiros incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial são avaliados em cada data das Demonstrações Financeiras anuais para determinar se há evidência objetiva de perda no valor recuperável. A estimativa para redução ao valor recuperável de ativos financeiros está apresentada na Nota 11.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis de ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o ativo é submetido a teste para confirmar a recuperação de seu valor contábil seja por venda ou por uso. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

3.16 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais para que uma estimativa razoável de sua probabilidade de perda seja feita. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.17 Novas normas e alterações emitidas em 2024

As principais alterações nas normas contábeis no Brasil em 2024 incluem atualizações das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), implementações pela CVM, e mudanças alinhadas aos padrões internacionais do IASB.

Destacam-se:

1. Revisões nas NBCs e CPCs

NBC TG 32 (Tributos sobre o Lucro):

- Revisada para incorporar as regras do Pilar Dois da OCDE, com foco em tributos mínimos globais e ajustes em transações internacionais.
- Impacto: Adequação a padrões fiscais globais e maior detalhamento de obrigações tributárias contingentes.
- NBC TG 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e NBC TG 40 (Instrumentos Financeiros):
- Alterações em:
 - Classificação de acordos de financiamento (ex.: empréstimos com cláusulas específicas);
 - Divulgação de riscos de liquidez, incluindo análise de prazos e cenários estressados.
- Vigência: Exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024.

2. Normas da CVM

- Resolução CVM 197/2024:
 - Tornou obrigatórias as alterações nos CPC 03 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e CPC 40 (Instrumentos Financeiros), reforçando a convergência com as IFRS 7 e IAS 7.

- Objetivo: Uniformização de práticas para operações complexas (ex.: financiamentos estruturados).
- Operações de Risco Sacado (Supplier Finance):

Nova regulamentação exige divulgação detalhada nos balanços anuais, incluindo:

- Exposição a riscos de crédito;
- Impacto no capital de giro e liquidez.
- Alinhamento às diretrizes do IFRS 9 sobre reconhecimento e mensuração.

3. Temas em Consulta Pública e Planejamento Regulatório

Sustentabilidade e Relatórios Integrados:

- Proposta de normas alinhadas aos IFRS S1 (Requisitos Gerais para Divulgações Relacionadas à Sustentabilidade) e IFRS S2 (Mudanças Climáticas), com foco em:
- Divulgação de riscos climáticos;
- Metas de transição energética e governança ESG.

Classificação de Ativos e Passivos Circulantes:

- Discussões para revisão de critérios, visando harmonização com o IAS 1 (Apresentação de Demonstrações Contábeis).

4. Impacto Geral e Posicionamento da Companhia

Objetivo das Mudanças:

- Transparência: Melhoria na divulgação de riscos e operações complexas;
- Comparabilidade: Alinhamento às práticas internacionais (IFRS/OCDE);
- Conformidade: Adequação a exigências regulatórias globais.

Análise da Companhia:

- Após avaliação, não foram identificados impactos materiais na aplicação da Revisão 24/2023 às demonstrações financeiras vigentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Caixa e bancos conta movimento.....	502	409	502	409
Aplicações financeiras.....	287.804	411.935	310.824	425.873
	288.306	412.344	311.326	426.282

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos

auferidos até a data de encerramento do exercício, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

A Companhia e sua controlada aplicam seus recursos em fundos de investimento de baixo risco de crédito, incluindo fundo de investimento exclusivo no montante de R\$ 198.571, administrado por instituição financeira qualificada. A carteira desse fundo é parcialmente composta por títulos públicos federais do tipo LFT, indexados à taxa Selic. A rentabilidade total da carteira no exercício de 2024 foi de 8,68%, em comparação com 12,97% em 2023. A redução da rentabilidade decorre, principalmente, da diminuição da taxa Selic Meta, média ao longo de 2024, aliada à menor disponibilidade média de recursos financeiros no exercício.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se a um fundo de investimento multimercado, sendo um instrumento que reúne recursos de investidores qualificados para aplicação em diferentes ativos, principalmente por meio de cotas de outros fundos.

Sua gestão profissional visa diversificar a carteira, reduzir riscos concentrados e potencializar os retornos, embora os valores dos ativos possam oscilar.

As regras, taxas e despesas aplicadas são definidas em regulamento, garantindo transparência e conformidade com as normas vigentes.

Essa estrutura permite o aproveitamento de oportunidades em diversos cenários de mercado, sempre com foco na segurança dos investimentos.

6. REVENDEDORES

a) Suprimento de Energia

Fornecimento de energia para revendedores.....

Controladora		Consolidado	
31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
40.029	42.003	45.561	47.269

O saldo das contas a receber de revendedores é composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia entende que não há necessidade do registro de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

7. ADIANTAMENTOS

A Companhia, com o objetivo de diversificar suas fontes de receita e explorar novas oportunidades de negócio, realizou adiantamentos no montante de R\$ 35.000 no exercício de 2024. Os valores referem-se a desembolsos antecipados para viabilizar

estudos, projetos ou parcerias estratégicas, cujos contratos ou contrapartidas estão em fase de formalização ou desenvolvimento. A Companhia acompanha a execução dessas iniciativas com base em critérios técnicos e econômico-financeiros, visando assegurar o retorno dos valores aplicados.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

Referem-se aos tributos e contribuições sociais compensáveis referentes a serviços prestados e aquisições.

	Controladora		Controladora	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
ICMS compensável.....	8.099	3.258	8.146	3.258
INSS a recuperar.....	138	248	138	248
ISS a recuperar.....	7	7	7	7
PIS e COFINS a recuperar.....	3.166	4.129	3.166	4.129
	11.410	7.642	11.457	7.642

9. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

9.1 Histórico

No dia 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram contrato denominado Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga ("Arrendamento"), com duração de dezessete anos. Esse contrato envolveu a transferência dos ativos operacionais, incluindo terreno e dos direitos de exploração de geração de energia elétrica com remuneração global de R\$ 765 milhões, base janeiro de 2007, a ser paga em 34 parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M a partir do segundo ano. A Petrobras construiu em parte do terreno arrendado, a Usina Termelétrica Nova Piratininga e passou a operar ambas em ciclo combinado, com a utilização de gás e vapor.

Em 21 de maio de 2008, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do contrato para sua subsidiária integral, a Baixada Santista S.A. – BSE, que em 5 de julho de 2012, solicitou a renovação da concessão junto à ANEEL. Esse pedido de renovação foi ratificado em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783/2013. Embora o prazo contratual da concessão tenha expirado em 7 de julho de 2015, o Poder Concedente até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, ainda não se manifestou formalmente sobre o pedido de renovação.

Tendo em vista que o contrato tinha encerramento previsto para 27 de abril de 2024, em março de 2023, a BSE e a Petrobras informaram não ter interesse na sua renovação, mas afirmaram o interesse em desenvolver novo modelo de negócio após abril de 2024 mediante a locação do terreno onde está instalada a UTE Nova Piratininga, devolvendo os demais ativos à EMAE (UTE Piratininga e áreas remanescentes).

O contrato prevê, ao final da sua vigência, a obrigação da BSE de devolver os bens arrendados, "no estado de uso e conservação em que os recebeu consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato". Para essa finalidade, o Contrato estabelece a elaboração de um laudo, por empresa contratada de comum acordo entre as partes, que permita apurar o montante de eventuais obrigações contratuais denominadas passivos patrimoniais a ser indenizado pela BSE/Petrobras à EMAE além de apurar eventuais investimentos feitos pela BSE/Petrobras, a serem indenizados pela EMAE.

Por ocasião do vencimento da 32ª parcela, em dezembro de 2023, a BSE/Petrobras pagou parte do valor devido, alegando que com o encerramento em 27/04/2024, cessam suas obrigações financeiras. O entendimento de que não seriam devidas as parcelas 33ª e 34ª e parte da 32ª foi contestado pela EMAE que através da avaliação jurídica considera legítima a cobrança do contrato pelo valor global, tal como vem sendo realizada.

Com vistas à resolução das pendências contratuais, em 26 de abril de 2024, a EMAE, a Petrobras e a Baixada Santista Energia firmaram o Termo de Encerramento do Contrato de Arrendamento com Quitação Parcial e Pendências. Ao final do exercício de 2024, as partes avançaram na negociação de um acordo para a liquidação das pendências, cujo processo seguiu em fase de formalização ao longo do primeiro trimestre de 2025.

Essa negociação resultará no recebimento, pela Companhia, do valor de R\$ 220 milhões previsto para ocorrer ainda no 1º semestre de 2025, a título de indenização pelo encerramento do contrato. Os efeitos contábeis dessa negociação impactaram o exercício de 2024 na ordem de R\$ 70.598, resultante de:

- baixa de contas a receber (*write-off*) de R\$ 154.710 referente ao não recebimento de parte da parcela nº 32 de novembro de 2023, e das parcelas nº 33 e 34 relativas ao ano de 2024;
- reconhecimento de R\$ 47.745, valor contábil da Usina Termoelétrica Piratininga em 31 de dezembro de 2024 pela não efetivação da opção de compra existente em contrato; e
- reversão integral do Passivo Fiscal Diferido de R\$ 36.367, pela baixa das parcelas não auferidas.

A transação gerou um resultado negativo da ordem de R\$ 70.598 no exercício.

9.2 Contabilização

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado			Saldo 31.12.24
	Saldo 31.12.23	Encargos Financeiros	Write-off	
ATIVO				
Circulante.....	144.576	10.134	(154.710)	-
	144.576	10.134	(154.710)	-

Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	-	(2.897)
Variação monetária.....	752.081	744.844
Recebimentos.....	(1.362.371)	(1.362.371)
Write-off.....	(154.710)	
	-	144.576

- (a) Juros não realizados, decorrentes de parcelas futuras a serem recebidas do contrato de arrendamento.

10. ATIVO FINANCEIRO – ACORDO SABESP

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças (“Instrumento”) para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas, incluindo anuência da ANEEL, e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos de administração da EMAE e da SABESP, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254 a título indenizatório; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais e sucessivas de R\$ 6.610, a título de compensação de despesas, ambos corrigidos monetariamente pelo IPCA.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 98.536, dos quais R\$ 89.401 estão classificados no ativo não circulante.

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

Controladora e Consolidado					
	Saldo 31.12.23	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	Saldo 31.12.24
ATIVO					
Circulante					
Sabesp.....	13.458	10.052	-	(9.754)	13.756
Ajuste a valor presente.....	(4.750)	(4.621)	4.750	-	(4.621)
	8.708	5.431	4.750	(9.754)	9.135
Não Circulante					
Sabesp.....	139.385	(10.052)	7.019	-	136.352
Ajuste a valor presente.....	(51.572)	4.621	-	-	(46.951)
	87.813	(5.431)	7.019	-	89.401
	96.521	-	11.769	(9.754)	98.536

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

2026.....	8.540
2027.....	7.984
2028.....	7.464
2029.....	6.978
2030 até 2042.....	58.435
	89.401

11. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Circulante				
Projetos em curso (a).....	2.136	1.020	2.136	1.020
Valores a receber - Energia Livre (b).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (c).....	1.476	1.404	1.476	1.404
Garantia CCEE (d).....	-	25	-	33
Dividendos a receber.....	7.389	6.473	-	-
Pirapora Energia S.A. compartilhamento de custos/ Reembolsos.....	845	1.043	-	-
Aluguéis / Locação.....	308	94	308	94
Eduardo Yassuda O&M.....	282	440	282	440
Multas contratuais (e).....	623	627	623	627
Alienação de bens e direitos.....	-	94	-	94
Devolução seguros.....	32	-	32	-
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa (f)....	(6.215)	(6.399)	(6.215)	(6.399)
	11.020	8.965	2.786	1.457

- a) Gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Em decorrência do mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE em 15 de setembro de 2010, que, por meio de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária. A EMAE constituiu perda estimada na

realização de créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber relacionado à RTE;

- c) Valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os montantes vencidos há mais de 360 dias estão registrados na rubrica “Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa”;
- d) Garantia contratual depositada em conta bancária vinculada à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE em razão do Mercado de Curto Prazo;
- e) Valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros;
- f) Saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2024 correspondente a R\$ 6.215, sendo composto por: R\$ 1.404, funcionários cedidos; R\$ 4.144, relativos a RTE; R\$ 627, multas contratuais; e R\$ 40 referente a locações e aluguéis.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

12.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	50.967	156.998	53.108	159.335	50.967	156.998	53.108	159.335
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
	(12.742)	(39.250)	(13.277)	(39.834)	(4.587)	(14.130)	(4.780)	(14.340)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	7.779	6.814	-	-	2.800	2.452	-	-
Juros sobre o Capital Próprio.....	7.473	26.454	7.473	26.454	2.690	9.523	2.690	9.523
Incentivos fiscais.....	1.479	2.388	1.479	2.388	-	-	-	-
Outros.....	(829)	(560)	(829)	(560)	(306)	(209)	(307)	(209)
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	6.876	5.808	-	-	2.291	1.915
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizados.....	3.160	(4.154)	1.722	(5.744)	597	(2.364)	(106)	(3.111)
Corrente.....	(30.873)	(39.664)	(32.311)	(41.254)	(11.655)	(15.147)	(12.358)	(15.894)
Diferido.....	34.033	35.510	34.033	35.510	12.252	12.783	12.252	12.783
Alíquota efetiva.....	(6%)	3%	(3%)	4%	(1%)	2%	0%	2%

12.2 Composição dos impostos diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	158.998	140.408	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	-	24.208
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	24.634	24.130
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	48.959	76.006	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	92.241	92.241
Passivo fiscal diferido - Elementos do Ativo (f).....	-	-	16.420	8.158
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	57.239	50.547	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	-	8.715
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	8.868	8.687
Ativo fiscal diferido ORA (d).....	17.625	27.361	-	-
Passivo fiscal diferido ORA (e).....	-	-	33.207	33.207
Passivo fiscal diferido - Elementos do Ativo (f).....	-	-	5.910	2.936
	282.821	294.322	181.280	202.282
Compensação entre Ativos e Passivos (g).....	(181.280)	(202.282)	(181.280)	(202.282)
	101.541	92.040	-	-

- Créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre diferenças temporariamente indedutíveis onde se destacam a provisão para investimentos na Concessão, contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre a operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 9);
- Registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 10);
- Ativo fiscal diferido sobre o plano de benefício definido (Nota 21);
- Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre ajuste a valor justo de elementos do ativo;
- Passivo fiscal diferido relativos a ajustes de elementos do ativo em contrapartida ao resultado;
- Compensação entre ativos e passivos diferidos. Valores revisados a cada encerramento do exercício podendo ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2025.....	14.887
2026.....	11.844
2027.....	11.844
2028.....	11.844
2029.....	11.844
2030 até 2042.....	153.974
	216.237

O montante de R\$ 216.237 corresponde à soma das provisões temporariamente indedutíveis de Imposto de Renda e Contribuição Social, Nota 12.2 alínea (a).

13. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	486	232	490	232
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....	60.330	57.723	60.330	57.723
	60.816	57.955	60.820	57.955

- a) Refere-se à caução vinculado ao Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda;
- b) Trata-se de depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis, trabalhistas e tributários da Companhia. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo. O depósito de maior relevância, R\$ 23.369, valor corrigido, refere-se à ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela de urgência para suspensão da exigibilidade do crédito fiscal na forma do art.151, inciso V do Código Tributário Nacional. Foi notado pela EMAE que o IPTU do imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, bairro Pedreira, São Paulo – SP, sofreu forte elevação, tendo sido requerida sua revisão junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo.

14. ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA

Esta rubrica compreende os bens da Companhia com expectativa de venda nos próximos 12 meses. Com base em laudos de avaliação, a Companhia passou a mensurar a valor justo imóveis, originalmente classificados como propriedades para investimento e, posteriormente, reclassificados para alienação por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			Saldo 31.12.24
	Saldo 31.12.23	Resultado	Reclassificação	
ATIVO				
Terrenos Zuccolo	171.000	40.470	-	211.470
Custo histórico.....	17	-	-	17
Ajuste a valor justo.....	170.983	40.470	-	211.453
Edifício Rua Augusta (a)	84.400	300	(84.700)	-
Custo histórico.....	82.461	-	(82.461)	-
Ajuste a valor justo.....	1.939	300	(2.239)	-
	<u>255.400</u>	<u>40.770</u>	<u>(84.700)</u>	<u>211.470</u>

Terrenos – (antigo Bota-Fora 14)

Conjunto de terrenos de propriedade da Companhia denominados, Bota Fora - Caixa A e B, gleba 1 com 113.961 m², Bota Fora Zuccolo ADC com 23.662 m² e Bota Fora - Caixa C perfazendo 21.620 m², localizados na Avenida Dra. Ruth Cardoso, s/nº, Vila Leopoldina, São Paulo – SP.

A alienação dos terrenos foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de março de 2022.

- (a) Durante ano de 2024 o Edifício situado na Rua Augusta, nº 1.626, São Paulo/SP foi reclassificado da rubrica, Ativo não circulante mantido para venda, para Propriedades para investimentos para a realização de melhorias.

15. ATIVO CONTRATUAL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão remunerados e/ou ressarcidos por meio da RAG, conforme Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET – submódulos 12.1 e 12.2.

A Companhia classifica o ativo contratual na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Movimentação do ativo contratual:

	Controladora e Consolidado						Saldo em 31.12.24
	Saldo em 31.12.23	Adições (a)	Transferência	Crédito Pis/ Cofins	Compensação (b)	Amortização (c)	
Circulante							
Ativo contratual.....	17.314	-	21.825	-	-	(19.412)	19.727
	17.314	-	21.825	-	-	(19.412)	19.727
Não circulante							
Adiantamento a fornecedores....	46.935	71.310	-	-	(13.565)	-	104.680
Ativo contratual.....	311.638	82.607	(21.825)	(5.911)	-	-	366.509
	358.573	153.917	(21.825)	(5.911)	(13.565)	-	471.189

- Investimentos realizados nas usinas cotistas que aumentem a vida útil das unidades e em melhorias que trarão maior eficiência na produção energética;
- Compensação de adiantamentos realizados pelo recebimento dos bens;
- Amortização dos investimentos realizados (Nota 24).

16. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Abrange os bens reversíveis das usinas do Complexo Henry Borden, Porto Góes e Rasgão, que não estavam totalmente depreciados em 31 de dezembro de 2012. Devido à prorrogação da concessão no âmbito do regime de cotas, tais ativos deverão ser indenizados pelo Poder Concedente, conforme o disposto no artigo 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012, e na Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, posteriormente revogada pela REN ANEEL nº 1.027, de 19 de junho de 2022.

Em atendimento ao referido decreto, a Companhia manifestou seu interesse em receber a indenização por meio de ofício enviado à ANEEL em 26 de dezembro de 2013. Em julho de 2022, fundamentada na Resolução Normativa ANEEL nº 942/21 (posteriormente revogada pela REN ANEEL nº 1.027, de 19 de junho de 2022), a EMAE encaminhou à ANEEL relatório detalhado de avaliação dos bens. Após análise, a ANEEL estabeleceu, na 5ª Reunião Pública Extraordinária da Diretoria (21 de dezembro de 2023) e ratificou na 1ª Reunião Pública Ordinária (23 de janeiro de 2024), que a Base de Remuneração Líquida seria de R\$ 281 milhões, com referência à base de 31 de dezembro de 2012. Em 23 de abril de 2024, os autos do processo foram encaminhados pelo Ofício nº 01/2024 - DIR/ANEEL ao Ministério de Minas e Energia para o reconhecimento da indenização dos investimentos da EMAE.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 31 de dezembro de 2024 (e 2023) é de R\$ 195,4 milhões.

17. INVESTIMENTOS

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Participações permanentes em outras sociedades

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Pirapora Energia S.A.....	156.090	151.787	-	-
Universo Fotovoltaico Flutuante	-	1.503	-	1.503
Total.....	156.090	153.290	-	1.503

Participação em controlada - Pirapora Energia S.A

A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	31.12.24	31.12.23
Ativo.....	165.477	160.281
Passivo.....	9.387	8.494
Patrimônio Líquido.....	156.090	151.787
	2023	2023
Lucro do exercício.....	31.113	27.255

Demonstração do patrimônio líquido da controlada Pirapora Energia:

	Controlada
Saldo em 31.12.2023.....	151.787
Ajuste de exercícios anteriores (i).....	(2)
Dividendo adicional referente a 2023 pago em 2024.....	(19.419)
Resultado de equivalência patrimonial.....	31.113
Dividendo obrigatório.....	(7.389)
Saldo em 31.12.2024.....	156.090

- i. Refere-se a diferença de arredondamento das rubricas que compõem o patrimônio da subsidiária.

Participação em coligada - Universo Fotovoltaico Flutuante

Participação acionária de 5% no empreendimento Universo Fotovoltaico Flutuante referente Implementação de centrais fotovoltaicas flutuantes no Reservatório Billings, inaugurado a primeira fase do projeto em dezembro de 2023 com 5 MW de potência em geração distribuída.

Composição do Balanço Patrimonial e do Resultado do exercício:

Universo Fotovoltaico Flutuante	31.12.24	31.12.23
ATIVO	39.338	30.061
Ativo circulante.....	8.790	10
Ativo não circulante.....	30.548	30.051
PASSIVO	39.338	30.061
Passivo circulante.....	342	-
Passivo não circulante.....	-	-
Patrimônio Líquido.....	41.266	30.061
RESULTADO	(2.270)	-
Resultado do exercício.....	(2.270)	-

18. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	Controladora e Consolidado			Saldo 31.12.24
	Saldo 31.12.23	Resultado	Reclassificação	
ATIVO				
(i) Áreas adjacentes Usina São Paulo	144.717	(7.722)	-	136.995
Custo histórico.....	2	-	-	2
Ajuste a valor justo.....	144.715	(7.722)	-	136.993
(ii) Edifício Rua Augusta	-	-	84.700	84.700
Custo histórico.....	-	-	82.461	82.461
Ajuste a valor justo.....	-	-	2.239	2.239
	<u>144.717</u>	<u>(7.722)</u>	<u>84.700</u>	<u>221.695</u>

i. Áreas adjacentes à Usina São Paulo

Correspondem a propriedades mantidas pela Companhia para auferir aluguel ou para valorização do capital, compostas de terrenos e edifícios não vinculados à atividade principal da Companhia.

Em 2020 a EMAE concedeu áreas adjacentes à Usina São Paulo para a exploração comercial, considerando o direito ao recebimento de outorga fixa no valor de R\$ 280 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável. Durante o exercício a Companhia auferiu receita de R\$ 17.204.

ii. Edifício localizado à Rua Augusta, 1.626 – São Paulo

Edifício localizado à Rua Augusta, nº 1.626, São Paulo/SP adquirido em 2022 por meio de permuta com terreno inserido no Parque Villa Lobos. Durante o exercício de 2024 o Edifício foi reclassificado da rubrica, “Ativo não circulante mantido para venda”, para

“Propriedades para investimento”, para a realização de melhorias estando assim indisponível devido a realização de obras.

19. IMOBILIZADO

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 está representada por:

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.23	Adições	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.12.24
Controladora						
Em serviço						
Terrenos.....		2.470	-	1.813	-	4.283
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	690	-	36	(63)	663
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	3.502	14	1.487	(980)	4.023
Veículos.....	14,3%	242	-	67	(163)	146
Móveis e Utensílios.....	6,3%	269	-	-	(29)	240
Subtotal.....		7.173	14	3.403	(1.235)	9.355
Em curso.....		69.734	4	44.102	(3.611)	110.229
Total Controladora.....		76.907	18	47.505	(4.846)	119.584

	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.23	Adições	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.12.24
Consolidado						
Em serviço						
Terrenos.....		2.470	-	1.813	-	4.283
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	41.916	-	-	(1.071)	40.845
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	45.059	-	36	(1.185)	43.910
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	55.882	14	1.487	(3.269)	54.114
Veículos.....	14,3%	242	-	67	(163)	146
Móveis e Utensílios.....	6,3%	270	-	-	(29)	241
Subtotal.....		145.839	14	3.403	(5.717)	143.539
Em curso.....		72.087	325	44.102	(3.611)	112.903
Total Consolidado.....		217.926	339	47.505	(9.328)	256.442

Controladora	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.22	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.12.23
Em serviço							
Terrenos.....		4.954	-	(2.484)	-	-	2.470
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	753	-	-	-	(63)	690
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	4.483	-	-	-	(981)	3.502
Veículos.....	14,3%	399	-	-	-	(157)	242
Móveis e Utensílios.....	6,3%	298	-	-	-	(29)	269
Subtotal.....		10.887	-	(2.484)	-	(1.230)	7.173
Em curso.....		69.688	46	-	-	-	69.734
Total Controladora.....		80.575	46	(2.484)	-	(1.230)	76.907

Consolidado	Taxas anuais média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.22	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação do exercício	Saldo em 31.12.23
Em serviço							
Terrenos.....		4.954	-	(2.484)	-	-	2.470
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,1%	43.796	-	-	(809)	(1.071)	41.916
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2,0%	46.244	-	-	-	(1.185)	45.059
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	59.406	9	-	(291)	(3.242)	55.882
Veículos.....	14,3%	399	-	-	-	(157)	242
Móveis e Utensílios.....	6,3%	299	-	-	-	(29)	270
Subtotal.....		155.098	9	(2.484)	(1.100)	(5.684)	145.839
Em curso.....		69.688	1.299	-	1.100	-	72.087
Total Consolidado.....		224.786	1.308	(2.484)	-	(5.684)	217.926

Análise de redução ao valor recuperável dos ativos

Durante o exercício de 2024 a administração da Companhia não identificou a necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável em seu imobilizado.

Estrutura Edgard de Souza

A EMAE iniciou tratativas para motorizar as estruturas existentes junto à barragem Edgard de Souza com aproveitamento integral das instalações cujos bens estão registrados na rubrica Imobilizado, em curso, compondo parte do montante de R\$ 110.229 em 31 de dezembro de 2024.

20. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Provisão de férias e encargos.....	8.076	11.441
PLR e Bonus.....	2.735	4.964
	10.811	16.405

Em razão do Programa de Demissão incentivada - PDI iniciado no quarto trimestre de 2023 houve redução expressiva nas rubricas de provisão para férias, encargos e Participação nos Lucros e Resultados - PLR.

21. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A EMAE patrocina dois planos de previdência complementar de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Os planos, denominados PSAP/EMA E e EMAE-CD, são administrados pela VIVEST, entidade fechada de previdência privada. O PSAP/EMA E possui características de benefício definido e foi fechado para novas adesões desde 2018. Em contrapartida, o EMAE-CD, inaugurado no mesmo ano, possui características de contribuição definida e não oferece risco atuarial.

Anualmente, os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano PSAP/EMA E, incluindo contribuições, custos, passivos e ativos, são calculados por atuário independente considerando a mesma data base do encerramento do exercício, e são registrados em conformidade com o CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados. O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de benefício definido representa o valor presente da obrigação do PSAP/EMA E, descontado pelo valor justo dos ativos do plano. Quaisquer ganhos ou perdas atuariais são diretamente registradas no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes".

A avaliação atuarial do PSAP/EMA E é realizada considerando as características de cada um dos três subplanos, a saber:

- Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS;
- Benefício definido (BD), e
- Contribuição Variável (CV)

A criação dos subplanos do PSAP/EMA E remonta a 1997, quando o plano oferecido aos empregados e aposentados da época foi saldado. Esses subplanos apresentam as seguintes características:

a. Plano saldado BSPS — vigente até 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tem como base a cobertura da média salarial à época, corrigida e a proporção do direito adquirido até a data do saldamento. O regulamento vigente estabelece que a EMAE é integralmente responsável pelas eventuais insuficiências atuariais apuradas no BSPS.

b. Plano BD — iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial dos 36 meses anteriores ao início do benefício. Conforme regulamentação vigente, a EMAE é responsável pela cobertura de 50% de eventuais insuficiências atuariais apuradas no BD.

c. Plano CV — iniciado em 1998 (fechado para novas adesões em 2018)

Trata-se de suplementação adicional que tem como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da escolha do participante considerando as modalidades de renda: (i) calculada por percentual do saldo de conta, (ii) renda por tempo determinado ou (iii) renda vitalícia com características de benefício definido.

O saldo da conta de aposentadoria total inclui aportes individuais e aportes da patrocinadora, ficando esta responsável, no caso da opção pelo benefício definido (iii), por equalizar somente os eventuais déficits atuarias relativos aos seus aportes.

Troca do índice de reajuste do PSAP/EMAë

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou, por meio da Portaria nº 201, a mudança do indexador do plano do IGP-DI para IPCA a partir de maio de 2021. Essa ação mitigou um importante risco de descasamento entre a correção de ativos e passivos do PSAP/EMAë.

Política de Investimentos do PSAP/EMAë

A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos ("Asset Liability Management"), resultou na alocação média no ano de 86% em renda fixa, 6% em renda variável e 8% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 6,00% em 2024, ante a meta atuarial de 9,89% no mesmo período.

Premissas atuariais para cálculo conforme CPC 33 (R1) IAS19

As principais premissas atuariais utilizadas para determinação da obrigação atuarial são as seguintes:

	BSPS		BD		CV	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido						
Taxa nominal de desconto.....	11,66%	9,39%	11,66%	9,39%	11,66%	9,39%
Taxa nominal de crescimento salarial.....	4,00%	3,80%	4,00%	4,04%	4,00%	3,80%
Taxa de inflação estimada de longo prazo.....	4,00%	3,80%	4,00%	3,80%	4,00%	3,80%
Taxa nominal de reajuste de benefícios.....	4,00%	3,80%	4,00%	3,80%	4,00%	3,80%

	BSPS		BD		CV	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Média ponderada de premissas para determinar o custo (receita) do benefício definido						
Taxa nominal de desconto.....	9,39%	9,39%	9,39%	9,39%	9,39%	9,39%
Taxa nominal de crescimento salarial.....	3,80%	3,80%	4,04%	4,04%	3,80%	3,80%
Taxa de inflação estimada de longo prazo.....	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%
Taxa nominal de reajuste de benefícios.....	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%	3,80%

	BSPS		BD		CV	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Média ponderada da duration da obrigação de benefício definido (anos)						
Taxa de desconto nominal - 50 pontos básicos.....	7,65	8,9	9,17	10,67	11,36	15,57
Taxa de desconto nominal + 50 pontos básicos.....	7,41	8,61	8,85	10,28	10,88	15,47

Tábua de mortalidade geral.....

Tábua de mortalidade de inválidos.....

Tábua de entrada em invalidez.....

31.12.24	31.12.23
AT - 2000 Masculina suavizada em 10%	AT - 2000 Masculina suavizada em 10%
AT-49 Masc agravada em 10%	AT-49 Masc agravada em 10%
Mercer Disability Masculina suavizada em 50%	Mercer Disability Masculina suavizada em 50%

BSPS

Nº de participantes ativos

Nº de participantes autopatrocinados.....

Nº de participantes coligados/ BPD aguardando.....

Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez

Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez

Nº de participantes inativos - pensionistas

31.12.24	31.12.23
182	275
8	8
13	14
825	741
29	29
106	101

BD

Nº de participantes ativos

Nº de participantes autopatrocinados.....

Nº de participantes coligados/ BPD aguardando.....

Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez

Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez

Nº de participantes inativos - pensionistas

31.12.24	31.12.23
201	297
10	10
17	18
810	724
28	28
105	98

CV

Nº de participantes ativos

Nº de participantes autopatrocinados.....

Nº de participantes coligados/ BPD aguardando.....

Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez

Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez

Nº de participantes inativos - pensionistas

31.12.24	31.12.23
200	296
7	7
13	13
576	485
14	14
52	51

Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi utilizado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Conciliação dos ativos e passivos

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Total do passivo atuarial.....	1.023.612	1.183.913	415.336	470.304	72.267	87.426	1.511.215	1.741.643
Valor justo dos ativos (marcados a mercado).....	(814.868)	(836.133)	(501.989)	(500.623)	(60.767)	(60.091)	(1.377.624)	(1.396.847)
Efeito de limitação de ativo.....	-	-	86.653	30.319	-	(16.994)	86.653	13.325
Passivo líquido (ativo).....	208.744	347.780	-	-	11.500	10.341	220.244	358.121

Movimentação das obrigações dos planos

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	1.183.913	1.080.331	470.304	486.682	87.426	77.040	1.741.643	1.644.053
Custo do serviço corrente.....	-	-	4	4.643	-	37	4	4.680
Juros sobre obrigação atuarial.....	106.635	104.729	42.658	48.227	7.983	7.780	157.276	160.736
Redimensionamento da obrigação.....	(152.830)	92.386	(72.102)	(49.390)	(17.070)	6.210	(242.002)	49.206
Benefícios pagos.....	(114.106)	(93.536)	(27.119)	(21.682)	(6.072)	(3.641)	(147.297)	(118.859)
Contribuição de participante.....	-	3	1.591	1.824	-	-	1.591	1.827
Valor presente da obrigação atuarial total líquida.....	1.023.612	1.183.913	415.336	470.304	72.267	87.426	1.511.215	1.741.643

Movimentação dos ativos do plano

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Valor justo do ativo do plano.....	(836.133)	(798.076)	(500.623)	(466.534)	(60.091)	(55.554)	(1.396.847)	(1.320.164)
Contribuições da empresa para o plano.....	(53.758)	(54.911)	(1.295)	(1.788)	(1.248)	(1.123)	(56.301)	(57.822)
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	(76.893)	(76.164)	(45.677)	(46.188)	(5.472)	(5.605)	(128.042)	(127.957)
Rendimento dos ativos do plano (superior)/ inferior à taxa de desconto....	37.810	(515)	20.078	(5.971)	(28)	(1.450)	57.860	(7.936)
Contribuições de participantes para o plano	-	(3)	(1.591)	(1.824)	-	-	(1.591)	(1.827)
Benefícios pagos pelo plano.....	114.106	93.536	27.119	21.682	6.072	3.641	147.297	118.859
Valor justo do ativo do plano.....	(814.868)	(836.133)	(501.989)	(500.623)	(60.767)	(60.091)	(1.377.624)	(1.396.847)

Conciliação do valor líquido do passivo atuarial

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Valor líquido do passivo (ativo) atuarial total do início do ano.....	347.780	282.255	-	10.074	10.341	7.162	358.121	299.491
Despesa / (receita) reconhecida na Demonstração de Resultados.....	29.742	28.565	(168)	6.682	915	2.212	30.489	37.459
Contribuição da empresa para o plano.....	(53.758)	(54.911)	(1.295)	(1.788)	(1.248)	(1.123)	(56.301)	(57.822)
Contribuições de participantes para o plano.....	-	-	-	-	-	-	-	-
(Ganho) Perda atuarial em ORA.....	(115.020)	91.871	1.463	(14.968)	1.492	2.090	(112.065)	78.993
Saldo final.....	208.744	347.780	-	-	11.500	10.341	220.244	358.121

Análise de sensibilidade

	B.S.P.S.		B.D.		C.V.		TOTAL	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Taxa de desconto ser reduzida em 0,50%.....	1.063.508	1.237.815	434.828	496.065	76.490	94.506	1.574.826	1.828.386
Taxa de desconto ser aumentada em 0,50%.....	986.383	1.134.042	397.350	446.752	68.441	80.919	1.452.174	1.661.713
Inflação ser reduzida em 0,50%.....	1.023.611	1.183.913	415.045	470.304	72.267	87.426	1.510.923	1.741.643
Inflação ser aumentada em 0,50%.....	1.023.611	1.183.913	416.135	470.304	72.267	87.426	1.512.013	1.741.643
Crescimento salarial ser reduzido em 0,50%.....	1.023.611	1.183.913	415.045	470.304	72.267	87.426	1.510.923	1.741.643
Crescimento salarial ser aumentado em 0,50%.....	1.023.611	1.183.913	416.135	470.304	72.267	87.426	1.512.013	1.741.643
Reajustes dos benefícios ser reduzido em 0,50%.....	1.023.611	1.183.913	415.045	470.304	72.267	87.426	1.510.923	1.741.643
Reajustes dos benefícios ser aumentado em 0,50%.....	1.023.611	1.183.913	416.135	470.304	72.267	87.426	1.512.013	1.741.643

As movimentações decorrentes da remensuração atuarial reconhecidas em “Outros Resultados Abrangentes” correspondem a:

	31.12.24	31.12.23
(a) Saldo no início do exercício.....	(200.652)	(152.007)
(b) (Perda) Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto.....	285.861	(116.554)
(c) (Perda) Ganho atuarial gerado pela experiência demográfica.....	(43.859)	67.353
(d) (Perda) Ganho atuarial gerado pela premissa demográfica.....	-	5
(e) (Perda) Ganho atuarial gerado pelo rend. efetivo dos ativos do plano.....	(57.860)	7.936
(f) Alteração no "teto do ativo" diferente dos juros.....	(72.076)	(37.723)
(g) Efeito dos pagamentos do equacionamento das dívidas	(3.883)	5.278
(h) Efeito nas Demonstrações de Resultados Abrangentes (b+c+d+e+f+g).....	108.183	(73.705)
(i) Efeito de imposto de renda e contribuição social.....	(36.782)	25.060
Saldo no final do exercício (a+h+i).....	(129.251)	(200.652)

A estimativa da despesa para o exercício de 2025 está demonstrada a seguir:

	2025		
	BSPS	BD	CV
Custos dos serviços correntes.....	-	180	-
Juros sobre obrigação atuarial.....	(113.565)	(46.437)	(8.137)
Rendimento esperado dos ativos dos planos.....	93.515	56.710	6.864
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos) / passivo oneroso.....	-	(10.104)	-
Total da despesa projetada para o exercício.....	(20.050)	349	(1.273)

Equacionamento Financeiro dos Planos de Benefícios com a Vivest

Com o saldamento do plano que era oferecido aos empregados até 1997, foi formalizado um contrato de ajuste de reservas para amortizar o déficit técnico atuarial do BSPS entre a EMAE e a Fundação CESP à época e atual VIVEST.

O contrato está no terceiro aditivo com vencimento previsto para março de 2032. Com a mudança do indexador do plano para IPCA, o saldo atual do contrato também é atualizado pelo IPCA a partir de maio de 2021 e é integrado anualmente ao superávit ou déficit apurado em cada avaliação atuarial, recalculando as parcelas de amortização com base nesse novo saldo e o prazo de vencimento do contrato.

De acordo com a regulamentação e legislação aplicáveis, eventuais déficits nos subplanos BD e CV também devem ser equacionados, sendo que o subplano CV já exigiu equacionamento para os déficits apurados nos anos de 2015 e de 2018 a 2021, não sendo necessário equacionamento em função da avaliação atuarial de 2024.

A diferença entre os saldos apresentados nos contratos de equacionamento e o passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19 decorre da diferença entre as metodologias

contábeis utilizadas para cada finalidade. Em 31 de dezembro de 2024, a diferença entre essas duas metodologias é a seguinte:

Critério - Atuário Independente - CPC 33 (R1) IAS 19

Subplano	Ativos	Passivos	Déficit Total	Déficit Patrocinador em 31.12.24
BSPS.....	814.868	1.023.612	208.744	208.744
BD.....	501.989	415.336	(86.653)	-
CV.....	60.767	72.267	11.500	11.500
Total.....	1.377.624	1.511.215	133.591	220.244

Critério - Atuário responsável pelo plano - Método Previc

Subplano	Ativos	Passivos	Déficit Total	Déficit Patrocinador em 31.12.24
BSPS.....	814.868	1.248.642	433.774	433.774
BD.....	501.989	532.956	30.967	-
CV.....	196.280	198.570	2.290	2.290
Total.....	1.513.137	1.980.168	467.031	436.064

Estimativa dos fluxos de benefícios para os próximos anos:

	BSPS	BD	CV	Total
2025.....	103.571	34.919	6.807	145.297
2026.....	106.367	36.578	7.028	149.973
2027.....	109.077	38.580	7.228	154.885
2028.....	111.622	40.375	7.447	159.444
2029.....	113.935	42.012	7.658	163.605
Próximos 5 anos.....	597.395	235.668	41.178	874.241
	1.141.967	428.132	77.346	1.647.445

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

22.1 Contingências – Possibilidade de Perda Provável

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.24
	Saldo 31.12.23	Provisão	Reversão	Pagamento	
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade (a).....	12.768	1.808	-	(189)	14.387
Diversas (b).....	22.720	18.150	(6.212)	(2.218)	32.440
	35.488	19.958	(6.212)	(2.407)	46.827
Cíveis (c).....	52.159	12.001	(4.987)	(6.475)	52.698
Tributárias (d).....	10.862	6.668	(1.792)	-	15.738
Ambiental (e).....	6.597	2.866	(2.068)	-	7.395
Administrativo.....	93	26	-	-	119
	105.199	41.519	(15.059)	(8.882)	122.777

a. Periculosidade

O processo de maior relevância corresponde a reclamação trabalhista coletiva, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, em face da EMAE, em 07/07/1999, pretendendo o pagamento de adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos quadros da Companhia. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados, tendo sido mantida a sentença em todos os graus de recurso havidos, com o trânsito em julgado da decisão. A ação foi classificada, em sua probabilidade de êxito, em perda provável pelos advogados da Companhia. Iniciada a fase de execução da sentença, foram homologados os cálculos apresentados pelo perito judicial, os quais apresentaram substancial dissonância com os termos da sentença em execução. O laudo pericial contemplou 32 empregados, sendo tais aqueles que não realizaram acordo no processo. Arguida, pela EMAE, a nulidade da perícia judicial por não ter sido realizada na forma determinada por sentença judicial, foi mantida a decisão de perícia contábil pelo magistrado, motivo pelo qual, na data de 03/03/2023, a EMAE interpôs recurso de Agravo de Petição e, na data de 10/03/2023, a EMAE impetrou Mandado de Segurança, ambos os recursos com o mesmo objetivo, porém com razões processuais distintas. O Agravo de petição possui, como objetivo, anular a perícia judicial realizada, sob o fundamento de que o dispositivo da sentença transitada em julgado determina que as parcelas deferidas deverão ser apuradas por meio de liquidação por artigos, e que, portanto, não poderia ter sido realizada de forma meramente contábil. O Mandado de Segurança – Processo nº 1005331-61.2023.5.02.0000 – possui os mesmos objetivos e fundamentos do Agravo de petição, porém, foi impetrado com o objetivo de propiciar maior segurança recursal. Durante o 3º trimestre de 2023, com fundamento em laudo contábil elaborado por entidade certificada, a companhia converteu parte do valor classificado como “provável” em “possível”, em função da possibilidade de êxito relativo à parcela controversa, no recurso de Agravo de Petição e no Mandado de Segurança,

respectivamente interposto e impetrado, bem como, em função da efetivação de acordos judiciais em valores menores com alguns dos empregados favorecidos na ação. A classificação de probabilidade do presente processo mantém-se como “provável”, porém, por convenção interna, parte dos valores foi reclassificada para “possível”, sendo estes os correspondentes à diferença entre os cálculos homologados pelo juízo (deduzidos os valores dos acordos já realizados no período) e os cálculos apresentados pela EMAE em sua impugnação acrescidos de 15% a título de honorários advocatícios.

b. Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados que requerem em geral o pagamento de equiparação salarial, base horária, insalubridade e outras questões.

c. Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo mais relevante o processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., que pleiteia o direito de não optar pelo chamado “alívio de exposição” relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite o provimento ao recurso de apelação da AES Sul, ao qual foram opostos pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 31 de dezembro 2024 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 50.149 (R\$ 44.141 em 31 de dezembro de 2023).

d. Tributário

Trata-se, principalmente, de Ação anulatória de débito fiscal com pedido de Tutela de Urgência, para a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, na forma do art.151, inciso V, do Código Tributário Nacional. Foi notado que o IPTU do Imóvel situado na Av. Nossa Senhora do Sabará, nº 5.312, Pedreira – São Paulo estava com valor expressivamente maior, requerendo junto ao Centro de Atendimento da Fazenda Municipal da Prefeitura de São Paulo, a revisão da cobrança, ocasião em que foi orientado pelo Município que a Companhia efetuasse o pedido por meio de processo eletrônico via site. Em 31 de dezembro de 2024, ainda que o sucesso da EMAE no pleito seja provável, resta um valor estimado de pagamento que corresponde a R\$ 15.705.

e. Ambiental

O Processo de maior relevância refere-se à Ação Civil Pública de 2015 proposta com o objetivo de responsabilizar a EMAE pela mortandade de peixes no Rio Tietê e Córrego do Ajudante na cidade de Salto em decorrência de descarga realizada nas barragens de Pirapora, Rasgão e Porto Góes, que teriam provocado o descolamento dos sedimentos depositados no fundo dos barramentos. O processo está contabilizado como probabilidade de perda provável e no período findo em 31 de dezembro de 2024 corresponde a R\$ 5.085.

22.2 Contingências – Probabilidade de Perda Possível

As contingências em 31 de dezembro de 2024, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	31.12.24	31.12.23
Administrativo.....	10.103	204
Ambiental	5.544	5.035
Cível.....	5.314	2.630
Trabalhista.....	48.628	31.276
Tributário.....	116.732	85.677
	186.321	124.822

a. Administrativo

O processo de maior relevância refere-se à impugnação administrativa do valor venal do IPTU do Imóvel ao fundo da Escola FATEC Lindeiro – Comunidade Jardim Felicidade, cujo valor em 31 de dezembro corresponde a R\$ 8.058.

b. Ambiental

O principal processo ambiental classificado como perda possível se refere a Ação Civil Pública proposta pela Defensoria Pública de SP no ano de 2013 em face do DAEE, EMAE, SABESP e Estado de São Paulo, por supostos problemas sociais advindos de inundação no Jardim Pantanal, na Zona Leste de São Paulo. No mérito, foi demonstrado que a responsabilidade pelos supostos danos materiais e morais coletivos é do poder público, e não da EMAE, não tendo sido demonstrado nexo causal entre suas atividades e a inundação do Jardim Pantanal. Em maio de 2018 o MPSP requereu a designação de audiência com as partes para tentativa de conciliação. Em seguida, a EMAE se manifestou no sentido de que não se opunha à realização da audiência, contudo, não

havia proposta de acordo, uma vez que não é responsável pelo dano, reiterando o pedido de exclusão da lide. Em 31 de dezembro de 2024 o valor do processo corresponde a R\$ 4.742.

c. Cível

O processo de maior relevância refere-se à ação indenizatória por danos materiais e morais decorrentes de enchente ocorrida em 2020 supostamente ocasionada a partir da abertura das comportas da Barragem de Pirapora do Bom Jesus. Em 31 de dezembro de 2024 a valor da causa corresponde a R\$ 534.

d. Trabalhista

O principal valor refere-se a parte controversa da ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 – 39ª Vara, pleiteando o pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos quadros da Companhia. (Vide nota 22.1, alínea (a) Periculosidade).

e. Tributário

Processos de execução fiscal em que a Prefeitura do Município de Cubatão cobra o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, constante da Certidão de Dívida Ativa que instruiu o processo em questão, decorrente dos exercícios de 2014 até 2021 referentes a imóvel de propriedade da Eletropaulo, apontando os demais executados como corresponsáveis. O valor dos dois processos em 31 de dezembro de 2024 corresponde a R\$ 45.190.

22.3 Ativos Contingentes

A companhia enfrenta atualmente 21 processos de desapropriação com possível resultado total de indenização para a EMAE de R\$ 68.843.

23. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais – RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (10 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

	Controladora e Consolidado					31.12.24
	31.12.23	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	1.801	224	(224)	(1.801)	1.801
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	3.599	(1.801)	-	-	-	1.798

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES – INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO

Corresponde à provisão para realização de investimentos nas usinas cotistas em razão das obrigações estabelecidas no 2º termo Aditivo do Contrato de Concessão e no Submódulo 12.1 do PRORET– Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, estando em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os valores provisionados são contabilizados de acordo com o Plano de Investimentos e apresentam as seguintes movimentações no exercício:

	Controladora e Consolidado				Saldo 31.12.24
	Saldo 31.12.23	(a) Provisão	Transferência	Amortização	
Passivo					
Circulante.....	17.314	-	21.825	(19.412)	19.727
Não Circulante.....	427.753	78.611	(21.825)	-	484.539
	445.067	78.611	-	(19.412)	504.266

(a) Provisão ajustada pela melhor estimativa

A provisão tem como objetivo preservar recursos financeiros recebidos ao longo do período de concessão destinados à implantação do Plano de Investimentos nas usinas cotistas a fim de atender às disposições contratuais do 2º termo Aditivo ao Contrato de Concessão. O Plano de investimentos é atualizado, no mínimo, a cada Revisão Tarifária (quinquenal) realizada pela ANEEL.

25. OUTRA OBRIGAÇÃO

Trata-se de quatro contratos de permissão à Comgás de uso de áreas a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (city gate), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de

Regulagem de Pressão e Recebedor de PIG, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do exercício. Até 31 de dezembro de 2024 a EMAE contabilizou o montante de R\$ 623 no Resultado.

26. OUTROS PASSIVOS

	Controladora e Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Depósitos Judiciais (a).....	584	602
Agrupamento de ações.....	592	592
Caução contratual - DATA ROOM (b).....	-	2.510
Seguros a pagar.....	5.933	193
	<u>7.109</u>	<u>3.897</u>

- Referem-se a valores relativos a ações trabalhistas já transitadas em julgado, cujos depósitos judiciais ainda não foram liberados em favor da parte contrária;
- Correspondem a garantias financeiras apresentadas por empresas participantes do processo de desestatização da Companhia, as quais foram integralmente restituídas após a conclusão do processo.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

27.1 Convênio de Operação e Manutenção entre EMAE e Pirapora

Em dezembro de 2020, com prévia anuência da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a EMAE firmou junto à sua controlada – Pirapora Energia S.A, Convênio para o compartilhamento dos custos de pessoal. Durante os exercícios de 2024 e 2023 com base no convênio, a EMAE recebeu reembolso das despesas de pessoal no valor de R\$ 5.145 e R\$ 5.611, respectivamente.

27.2 Fundo exclusivo de investimento

A Companhia e sua controlada possuem fundo exclusivo de investimento administrado por instituição financeira qualificada.

27.3 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Em atendimento ao CPC 05(R1) – Divulgação sobre partes relacionadas, a Companhia informa que durante os exercícios de 2024 e 2023 os dispêndios relacionados com a remuneração do pessoal chave da administração foram:

Partes Relacionadas	(a)	2024		2023	
		nº de membros	Remuneração	nº de membros	Remuneração
Diretoria Estatutária (*).....		5,00	3.953	4,00	2.501
Conselho Fiscal.....		2,00	371	10,00	395
Conselho de Administração.....		11,00	1.568	10,00	1.441
Comitê de Auditoria.....		4,00	629	3,00	566
		22,00	6.521	27,00	4.903

(a) Média anual.

(*) Remuneração fixa e variável

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

28.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Centrais Elétricas Bras S.A. Eletrobrás.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Phoenix Água e Energia Ltda.....	11.146.994	75,80	44.224	0,20	11.191.218	30,29
Arys FIM CP.....	3.557.788	24,20	-	-	3.557.788	9,63
Júlia Talia Xavier de Álvares Otero.....	-	-	2.231.033	10,03	2.231.033	6,04
Outros.....	588	-	5.550.124	24,95	5.550.712	15,02
TOTAL.....	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à:

- prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade;
- direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie;
- direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- e direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

28.2 Lucro por Ação – Básico e Diluído

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado	
	Acumulado	
	2024	2023
Lucro líquido do exercício	54.724	150.480
Lucro disponível aos acionistas ordinários.....	20.544	56.492
Lucro disponível aos acionistas preferenciais.....	34.180	93.988
	<u>54.724</u>	<u>150.480</u>
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714
Total.....	<u>36.947.084</u>	<u>36.947.084</u>
Lucro por ação básico e diluído		
Ação Preferencial.....	R\$ 1,54	R\$ 4,23
Ação Ordinária.....	R\$ 1,40	R\$ 3,84

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial de diluição.

28.3 Destinação do Lucro Líquido do Exercício

	2024	2023
Lucro líquido do exercício.....	54.724	150.480
(-) Constituição de reserva legal (5%).....	2.735	7.524
(=) Lucro remanescente após a reserva.....	51.989	142.956
Dividendo obrigatório (25%).....	12.997	35.739
(-) JCP pagos no exercício imputados aos dividendos (a).....	29.892	64.645
(-) Constituição de reserva de contingência.....	22.097	-
(-) Constituição de reserva para Recomposição de Ativos.....	-	78.311
Realização da reserva de Lucros a realizar.....	-	28.243
(=) Lucro remanescente.....	-	-

- (a) Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) - Durante o exercício de 2024 a Companhia, deliberou em Reunião de Diretoria e aprovou em Reunião do Conselho de Administração, o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 29.892.

A Administração da Companhia propõe ainda as seguintes destinações:

- (i) Constituição de Reserva Legal no valor de R\$ 2.735;
- (ii) JCP de R\$ 29.892 pagos em 2024 e imputados ao dividendo mínimo obrigatório de R\$ 12.997, e
- (iii) Constituição de Reserva de contingência no valor de R\$ 22.097.

28.4 Dividendo por Ação

O dividendo por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (em milhares, exceto valor por ação) correspondem:

	2024	2023
Distribuição de lucro do exercício (a).....	29.892	92.888
Na forma de JCP.....	29.892	64.645
Na forma de Dividendo.....	-	28.243
JCP por ação	R\$	R\$
Ação ordinária.....	0,76308	1,65032
Ação preferencial.....	0,83939	1,81535
Dividendo por ação	R\$	R\$
Ação ordinária.....	-	0,72101
Ação preferencial.....	-	0,79311

(a) Dividendo obrigatório do exercício somado à proposta de dividendos adicionais, já distribuídos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio durante o exercício de 2024, sujeita à aprovação em AGO.

28.5 Mutações das Reservas de Lucros

O quadro abaixo demonstra as mutações das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Saldo inicial das reservas de lucros no início do exercício.....	373.083	315.491
Constituição de reserva legal.....	2.735	7.524
Realização da reserva de lucros a realizar.....	-	(28.243)
Constituição da reserva para recomposição de Ativos.....	-	78.311
Constituição de reserva para necessidade de caixa e investimento.....	22.097	-
Saldo final das reservas de lucros no final do exercício.....	397.915	373.083

28.6 Mutações de Outros Resultados Abrangentes

A movimentação ocorrida em outros resultados abrangentes reflete os resultados apurados nos subplanos BSPS, BD e CV do plano de previdência complementar Vivest-EMAE nos exercícios de 2023 e 2024.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Saldo no início do exercício.....	42.865	91.510
Ajuste de elementos do Passivo		
Superávit (Déficit) Atuarial	71.401	(48.645)
Saldo no final do exercício.....	114.266	42.865

28.7 Conciliações de dividendos e juros sobre o capital próprio

A seguir está demonstrada a mutação dos dividendos e juros sobre o capital próprio no exercício de 2024:

	Controladora e Consolidado
Saldo de JSCP e Dividendos em 31.12.23.....	31.586
Juros sobre o Capital Próprio declarados no exercício.....	29.891
Dividendos e JCP pagos em 2024.....	(55.111)
Imposto de Renda Retido na Fonte sobre JCP.....	(2.834)
Saldo de JSCP e Dividendos em 31.12.24.....	3.532

29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

29.1 Conciliação da Receita Operacional Líquida

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 29.2).....	498.307	506.157	498.307	506.157
Suprimento de energia - leilão (Nota 29.2).....	-	-	47.371	45.288
Suprimento de energia - comercializadores (Nota 29.2).....	-	-	484	-
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 29.2).....	3	16	1.291	817
Renda da prestação de serviços (Nota 29.3).....	6.254	14.943	6.254	14.943
Outras receitas (Nota 29.4).....	43.105	3.253	43.116	3.287
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 15).....	82.609	102.539	82.609	102.539
	630.278	626.908	679.432	673.031
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(42.364)	(51.628)	(43.839)	(53.012)
PIS sobre receitas operacionais.....	(9.197)	(11.209)	(9.517)	(11.509)
ICMS sobre receitas operacionais.....	-	-	-	-
Imposto sobre serviços - ISS.....	(313)	(747)	(313)	(747)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(4.395)	(4.437)	(4.395)	(4.437)
	(56.269)	(68.021)	(58.064)	(69.705)
RECEITA LÍQUIDA.....	574.009	558.887	621.368	603.326

29.2 Energia Elétrica Vendida

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	1.025.149	1.532.095	498.307	506.157	1.025.149	1.532.095	498.307	506.157
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	143.169	130.819	47.371	45.288
Comercializadores.....	-	-	-	-	-	-	484	-
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	3	16	-	-	1.291	817
Total.....	1.025.149	1.532.095	498.310	506.173	1.168.318	1.662.914	547.453	552.262

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

- a. Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;
- b. Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;
- c. Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

29.3 Rendas da Prestação de Serviços

Receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme demonstrado:

Controladora e Consolidado		
	2024	2023
Petrobras (UTE's) (a).....	2.720	11.774
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda) (b).....	3.534	3.169
	6.254	14.943

- (a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras para a prestação dos serviços de operação das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga cujo término ocorreu em 27 de abril de 2024.
- (b) Contrato com a Prefeitura Municipal de São Paulo para operação e manutenção da Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda.

29.4 Outras Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cessão de Área (a).....	21.162	-	21.162	-
Usina São Paulo (b).....	17.205	-	17.205	-
Aluguéis.....	4.738	3.253	4.749	3.287
	43.105	3.253	43.116	3.287

- (a) Receita de Aluguel Usina Nova Piratininga;
- (b) Área adjacente à Usina São Paulo destinada a exploração comercial (vide Nota 1.5).

30. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

30.1 Controladora

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Encargos de uso da rede elétrica.....	(50.168)	(51.903)	-	-	-	-	(50.168)	(51.903)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(6.778)	(9.630)	-	-	-	-	(6.778)	(9.630)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.571)	(1.584)	-	-	(1.571)	(1.584)
Pessoal.....	(65.999)	(76.972)	(67.046)	(60.279)	-	-	(133.045)	(137.251)
Administradores.....	-	-	(6.806)	(6.420)	-	-	(6.806)	(6.420)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 21).....	(15.125)	(23.074)	(15.364)	(18.070)	-	-	(30.489)	(41.144)
Material.....	(2.571)	(2.504)	(1.747)	(2.146)	-	-	(4.318)	(4.650)
Serviço de terceiros.....	(61.639)	(54.240)	(34.599)	(29.928)	-	-	(96.238)	(84.168)
Depreciação/ amortização	-	-	(5.982)	(2.560)	-	-	(5.982)	(2.560)
Energia de curto prazo - CCEE.....	(24)	-	-	-	-	-	(24)	-
(-) Recuperação de despesa (a).....	-	-	848	15.029	-	-	848	15.029
Aluguéis.....	-	-	(7.521)	(6.672)	-	-	(7.521)	(6.672)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 22.1).....	(26.458)	(7.798)	-	-	-	-	(26.458)	(7.798)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 24).....	(78.611)	(87.944)	-	-	-	-	(78.611)	(87.944)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
(-) Reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	183	530	-	-	183	530
(-) Créditos PIS/ COFINS.....	9.861	9.706	-	-	-	-	9.861	9.706
IPTU.....	(15.669)	(11.225)	-	-	-	-	(15.669)	(11.225)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 15).....	(82.609)	(102.539)	-	-	-	-	(82.609)	(102.539)
Seguros.....	(1.187)	(4.129)	-	-	-	-	(1.187)	(4.129)
Condomínio.....	-	-	(1.070)	(946)	-	-	(1.070)	(946)
Doações filantrópicas (b).....	-	-	-	-	(89)	(122)	(89)	(122)
Patrocínios incentivados e não incentivados (c).....	-	-	-	-	(1.262)	(1.817)	(1.262)	(1.817)
Indenizações - desapropriações (d).....	-	-	-	-	31	288	31	288
Ajuste a valor justo (e).....	-	-	-	-	31.545	32.629	31.545	32.629
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	2.820	767	2.820	767
Encerramento do contrato UTP.....	-	-	-	-	(106.966)	-	(106.966)	-
Bens totalmente depreciáveis.....	-	-	-	-	(876)	-	(876)	-
Baixa - terrenos vinculados à concessão.....	-	-	-	-	-	(2.484)	-	(2.484)
Outras.....	(2.746)	(2.464)	-	-	-	-	(2.746)	(2.464)
Total.....	(399.723)	(424.716)	(140.675)	(113.050)	(74.797)	29.261	(615.195)	(508.505)

- a) Do montante total registrado em 2023, R\$ 14.644 corresponde a recuperação de despesas de processos judiciais de exercícios anteriores.
- b) Valores desembolsados relativos a doações filantrópicas.
- c) Patrocínios que podem ter como contrapartida deduções fiscais relativas ao Imposto de Renda.
- d) Trata-se de recursos recebidos pela desapropriação de imóveis da Companhia.
- e) Ajuste a valor justo de bens classificados como como propriedades para investimento e ativo não circulante destinado à venda.

30.2 Consolidado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
GSF - Garantia física.....	(2.228)	(2.123)	-	-	-	-	(2.228)	(2.123)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(50.858)	(52.411)	-	-	-	-	(50.858)	(52.411)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(6.778)	(9.630)	-	-	-	-	(6.778)	(9.630)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(1.674)	(1.679)	-	-	(1.674)	(1.679)
Pessoal.....	(71.144)	(82.583)	(67.046)	(60.279)	-	-	(138.190)	(142.862)
Administradores.....	-	-	(6.806)	(6.420)	-	-	(6.806)	(6.420)
Benefícios pós-emprego, previdência complementar (Nota 21).....	(15.697)	(23.784)	(14.792)	(17.360)	-	-	(30.489)	(41.144)
Material.....	(2.646)	(2.831)	(1.747)	(2.146)	-	-	(4.393)	(4.977)
Serviço de terceiros.....	(64.150)	(58.016)	(34.599)	(29.928)	-	-	(98.749)	(87.944)
Depreciação/ amortização.....	(4.514)	(4.532)	(5.982)	(2.560)	-	-	(10.496)	(7.092)
Energia de curto prazo - CCEE.....	(230)	-	-	-	-	-	(230)	-
(-) Recuperação de despesa (a).....	-	-	848	15.029	-	-	848	15.029
Aluguéis.....	-	-	(7.526)	(6.672)	-	-	(7.526)	(6.672)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 22.1).....	(26.458)	(7.798)	-	-	-	-	(26.458)	(7.798)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 24).....	(78.611)	(87.944)	-	-	-	-	(78.611)	(87.944)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	-	(4)	-	-	-	(4)
(-) Reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	-	183	530	-	-	183	530
(-) Créditos PIS/COFINS.....	9.861	9.706	-	-	-	-	9.861	9.706
IPTU.....	(15.669)	(11.225)	-	-	-	-	(15.669)	(11.225)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 15).....	(82.609)	(102.539)	-	-	-	-	(82.609)	(102.539)
Seguros.....	(1.668)	(4.615)	-	-	-	-	(1.668)	(4.615)
Condomínio.....	-	-	(1.070)	(946)	-	-	(1.070)	(946)
Doações filantrópicas (b).....	-	-	-	-	(89)	(122)	(89)	(122)
Patrocínios incentivados e não incentivados (c).....	-	-	-	-	(1.262)	(1.817)	(1.262)	(1.817)
Indenizações - desapropriações (d).....	-	-	-	-	31	288	31	288
Ajuste a valor justo (e).....	-	-	-	-	31.545	32.629	31.545	32.629
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	2.820	767	2.820	767
Encerramento do contrato UTP.....	-	-	-	-	(106.966)	-	(106.966)	-
Bens totalmente depreciáveis.....	-	-	-	-	(876)	-	(876)	-
Baixa - terrenos vinculados à concessão.....	-	-	-	-	-	(2.484)	-	(2.484)
Outras.....	(2.807)	(2.524)	-	-	-	-	(2.807)	(2.524)
Total.....	(416.206)	(442.849)	(140.211)	(112.435)	(74.797)	29.261	(631.214)	(526.023)

- a) Do montante total registrado em 2023, R\$ 14.644 corresponde a recuperação de despesas de processos judiciais de exercícios anteriores.
- b) Valores desembolsados relativos a patrocínios e doações filantrópicas.
- c) Doações que possuem como contrapartida deduções fiscais relativas ao Imposto de Renda.
- d) Trata-se de recursos recebidos pela desapropriação de imóveis da Companhia.
- e) Ajuste a valor justo de bens classificados como como propriedade para investimento e ativo não circulante destinado à venda.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	37.585	52.716	39.477	55.437
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 9).....	2.897	6.484	2.897	6.484
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 10).....	4.750	4.871	4.750	4.871
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(1.946)	(2.779)	(1.946)	(2.779)
Atualizações de Créditos Tributários.....	326	314	326	314
Outras.....	-	3	23	48
	43.612	61.609	45.527	64.375
Despesas				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(197)	(868)	(198)	(868)
Juros sobre RGR.....	(224)	(312)	(224)	(312)
IOF.....	(59)	(925)	(59)	(942)
Outras.....	-	-	-	(78)
	(480)	(2.105)	(481)	(2.200)
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 9).....	7.237	6.677	7.237	6.677
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 10).....	7.019	6.447	7.019	6.447
Depósitos judiciais.....	3.652	6.531	3.652	6.531
Outras variações monetárias.....	-	202	-	202
	17.908	19.857	17.908	19.857
	61.040	79.361	62.954	82.032

32. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operações (a).....	09/05/2024	09/05/2025	40.000	460
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b).....	16/10/2024	16/10/2025	100.000	220
Seguro de Veículos - Caminhões (c).....	11/09/2024	11/09/2025	1.078	8
Seguro Riscos Operacionais EMAE (d).....	03/12/2024	03/12/2025	271.077	6.908
Seguro Riscos Operacionais PPEN (e).....	12/01/2024	12/04/2025	140.953	602
Seguro Empresarial - Condomínio (f).....	01/08/2024	01/08/2025	6.300	2
Seguro Aeronáutico Reta - Drone (g).....	19/01/2024	19/01/2025	608	1
Seguro Garantia Fiança Locatícia (h).....	12/04/2022	31/01/2026	6.676	123
Seguro Empresarial - Imóvel Rua Augusta (i).....	27/11/2023	27/11/2024	40.367	12
			607.059	8.336

a) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia a terceiros;

- b) Referem-se à proteção aos segurados contra eventuais processos judiciais por danos materiais e/ou morais causados de forma involuntária no exercício de suas atividades profissionais (Directors and officers);
- c) Refere-se à cobertura de Colisão Incêndio Roubo e Danos Materiais e Pessoais de 05 caminhões próprios da EMAE;
- d) Refere-se à cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da EMAE;
- e) Refere-se à cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora;
- f) Refere-se a seguro do condomínio;
- g) Refere-se ao seguro do drone de propriedade da companhia;
- h) Refere-se ao seguro fiança da sede administrativa; e
- i) Refere-se ao seguro contra incêndio, queda de raio, explosão e danos elétricos para imóvel localizado na Rua Augusta, 1626.

33. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4).....	288.306	412.344	311.326	426.282
Aplicações financeiras (Nota 5).....	17.090	-	17.090	-
Revendedores (Nota 6).....	40.029	42.003	45.561	47.269
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 9).....	-	144.576	-	144.576
Outros créditos (Nota 11).....	11.020	8.965	2.786	1.457
Cauções e depósitos vinculados (Nota 13).....	60.816	57.955	60.820	57.955
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 10).....	98.536	96.521	98.536	96.521
Ativo contratual (Nota 15).....	490.916	375.887	490.916	375.887
Ativo reversível da concessão (Nota 16).....	195.374	195.374	195.374	195.374
Fornecedores.....	5.399	4.639	5.930	5.136
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	3.532	31.586	3.532	31.586
Outras obrigações - Investimentos na concessão (Nota 24).....	504.266	445.067	504.266	445.067

Todos os instrumentos financeiros estão classificados pelo custo amortizado.

Mensuração do valor justo

Os valores registrados são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

34. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade principal da Companhia é geração de energia no regime de cotas, conforme estabelecido na lei 12.783/13, com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é produção independente de energia, a qual foi comercializada através de contratos firmados no

Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

a. Riscos de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

i. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

ii. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 6). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 288.306 e R\$ 311.326, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 412.344, controladora, e R\$ 426.282, consolidado, em 31 de dezembro de 2023), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.24	31.12.23
Ativo contratual (Nota 15).....	490.916	375.887
Ativo reversível da concessão (Nota 16).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Acordo Sabesp (Nota 10).....	98.536	96.521
	784.826	667.782

O ativo contratual refere-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores foram incorporados à Receita a partir da Revisão Tarifária de 2018.

O ativo reversível da concessão refere a indenização pelo Poder Concedente de ativos não totalmente depreciados ou amortizados na data de adesão ao regime de cotas. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores já foram avaliados e aprovados pela Diretoria da ANEEL. O processo de homologação pelo Ministério de Minas e Energia está em curso.

A realização do Ativo financeiro – Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

iii. Exposição a riscos cambiais

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

iv. Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada são efetuadas em fundos de investimento, com liquidez diária e em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas de 31 de dezembro de 2024, com CDI overnight de 14,15 % a.a.

	Saldo 31.12.24 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		14,15%	17,69%	21,23%
Controladora	304.894	43.143	53.928	64.714
Consolidado	327.914	46.400	58.000	69.600

	Saldo 31.12.24 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		14,15%	10,61%	7,08%
Controladora	304.894	43.143	32.357	21.571
Consolidado	327.914	46.400	34.800	23.200

Boletim focus de 07 de fevereiro de 2025

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2024, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 31.12.24 Nota 10	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	5,58%	14,31%	15,82%	17,33%
SABESP	98.536	14.102	15.590	17.078

	Saldo 31.12.24 Nota 10	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	5,58%	14,31%	12,80%	11,29%
SABESP	98.536	14.102	12.614	11.125

Boletim focus de 07 de fevereiro de 2025

v. Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

Consolidado	Até de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	5.930	-	-	-	-	5.930
Dividendos/ JSCP	3.532	-	-	-	-	3.532
Total	9.462	-	-	-	-	9.462

b. Risco Hidrológico

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100.

c. Risco de preço

A principal atividade da EMAE está exposta ao risco de variações de tarifa.

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 anos e um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Nesse sentido, a receita paramétrica está sujeita a variações em função de:

- Revisão de parâmetros de despesas a cada 5 anos;
- Revisão do WACC regulatório que remunera os investimentos da concessão, e
- Impacto do desempenho apurado (disponibilidade e geração média).

Os preços de comercialização de energia elétrica da controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

A ANEEL homologou a Receita Anual de Geração (RAG) para 2024/2025, Resolução Homologatória n.º 3553/2024, com redução da GAG, parcela que remunera o custo da gestão de ativos de geração, de 2,16% em relação ao período anterior. Houve queda, pois, a revisão tarifária de 2023 promoveu a redução gradual do componente GAG Melhorias (ciclo 2023/2028) e a aplicação anual do redutor “fator X” do componente GAG O&M. Além disso, a Resolução definiu o Ajuste por Indisponibilidade - Aji positivo da ordem de R\$ 4,1 milhões para o ciclo em função do desempenho operacional.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden.....	194.141	160.698	11.920	38.065	3.886	4.144	1.484	4.170	418.508
Porto Góes.....	4.570	4.830	282	959	-	-	39	107	10.787
Rasgão.....	3.854	3.860	250	1.162	-	-	32	92	9.250
	202.565	169.388	12.452	40.186	3.886	4.144	1.555	4.369	438.545

Fonte: REH 3.353/ 2024 Nota técnica nº 110/ 2024

d. Risco de regulação

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

e. Risco de alteração na legislação tributária

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

f. Risco relacionado à integridade do empreendimento

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos localizados em regiões densamente habitadas e eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança de suas barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

g. Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, modificada pela Lei federal 14.066/2020 que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 1.064/2023 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens, das Inspeções de Segurança Regulares e Especiais, do Plano de Ação de Emergência e da Revisão Periódica de Segurança.

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares e rotineiras de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associadas aos programas de manutenções preditivas e preventivas.

Adicionalmente, a EMAE conta uma Coordenadoria de Segurança de Barragens, a qual é composta por engenheiros e técnicos (próprios e terceirizados) especializados em barragens, que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classificação de Riscos de Barragens

Tendo como referência a matriz de classificação de barragens, Anexo I da REN 1064/2023, as barragens fiscalizadas pela ANEEL são classificadas como A, B e C, seguindo pontuação obtida através de critérios de classificação definidos. Tais critérios consideram:

- A Categoria de Risco (CRI), de acordo com os aspectos que possam influenciar na possibilidade de ocorrência de acidente ou desastre; e
- O Dano Potencial Associado (DPA), que pode ocorrer devido a rompimento, vazamento, infiltração no solo ou mau funcionamento de uma barragem, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, a ser graduado de acordo com as perdas de vidas humanas e os impactos sociais, econômicos e ambientais e o volume do correspondente reservatório.

Informamos que, de acordo com o Formulário de Segurança de Barragens (FSB), da ANEEL – Ciclo 2024, as estruturas da EMAE são classificadas como sendo de classes “B” ou “C”, não havendo nenhuma estrutura classificada como sendo de classe “A”.

h. Risco relacionado ao desenvolvimento de atividades nas principais regiões metropolitanas do Estado

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

i. Risco na gestão do Sistema Hídrico Tietê/Pinheiros (Controle de Cheias)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

j. Risco na operação e manutenção das balsas – Reservatório Billings

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório Billings, opera e mantém, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório, transportando pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações.

k. Risco de cobertura de déficit atuarial

Conforme informado na nota explicativa nº 21 – Benefícios pós-emprego, previdência complementar a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMA E) e o Plano de Contribuição Definida (EMA E CD).

Em função das características do PSAP/EMA E, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMA E para novas adesões e passou a oferecer aos novos entrantes apenas o Plano de Contribuição Definida, o EMA E CD. Adicionalmente, desde maio de 2021 o indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMA E passou a ser o IPCA, mitigando o descasamento entre ativos e passivos do plano.

35. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a. Contrato de concessão

Em 4 de dezembro de 2012 a EMAE celebrou com a União o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

b. Contrato de autorização

A Controlada Pirapora Energia S.A. é autorizada a explorar a PCH Pirapora como Produtor Independente de Energia Elétrica, pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1429/2008, com vigência de 30/12/2014 até 02/05/2045, conforme alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023.

c. Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

36. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o exercício de 2024, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

Controladora				
	31.12.23	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.24
Arrendamento UTP.....	(144.576)	-	144.576	-
Ativo contratual.....	(375.887)	(140.353)	25.323	(490.917)
Investimentos.....	(298.007)	25.893	(105.671)	(377.785)
Imobilizado.....	(76.907)	(18)	(42.659)	(119.584)
Intangível.....	(16.523)	(3.840)	2.010	(18.353)

Consolidado				
	31.12.23	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	31.12.24
Arrendamento UTP.....	(144.576)	-	144.576	-
Ativo contratual.....	(375.887)	(140.353)	25.323	(490.917)
Imobilizado.....	(217.926)	(341)	(38.175)	(256.442)
Intangível.....	(16.556)	(3.840)	2.043	(18.353)

37. EVENTO SUBSEQUENTE

Em março de 2025 encontrava-se em fase de formalização o acordo com a Petrobras e a Baixada Santista Energia S.A. para encerramento definitivo das pendências do contrato de arrendamento da Usina Termoelétrica Piratininga com quitação total. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9, o acordo trouxe para o exercício de 2024 um impacto negativo à Companhia da ordem de R\$ 70.598, resultante de:

- write-off de R\$ 154.710 referente ao não recebimento de parte da parcela nº 32 de novembro de 2023, e das parcelas nº 33 e 34 relativas ao ano de 2024;
- reconhecimento de R\$ 47.745 na rubrica Imobilizado, correspondente ao valor contábil da Usina Termoelétrica Piratininga em 31 de dezembro de 2024 pela não efetivação da opção de compra existente em contrato; e
- reversão total do Passivo Fiscal Diferido de R\$ 36.367, pela baixa das parcelas não auferidas.

Em contrapartida, com a formalização do acordo, a Companhia fará o registro em 2025 do montante de R\$ 219.998 a título de indenização.

Karla Maciel
DIRETORA-PRESIDENTE

Eduardo Silva
DIRETOR ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

FÁBIO TONETTO
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE
CONTABILIDADE,
CUSTOS E FISCAL
CONTADOR – CRC 1SP264253/O-4

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Referente às demonstrações financeiras da EMAE Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. e sua Controlada Pirapora Energia S.A. de 31 de dezembro de 2024.

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de apuração e preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A e sua Controlada Pirapora Energia S/A, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, tendo discutido as referidas demonstrações com o Departamento de Contabilidade, Custos e Fiscal. Analisou as citadas Demonstrações, as Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e discutiu os trabalhos com os auditores independentes. Ao final do processo, os Comitentes conheceram e debateram o relatório dos auditores independentes emitido com ressalva por não ter sido possível aos auditores concluir sobre a mensuração dos terrenos avaliados a valor justo no montante de R\$ 211.470 mil.

Com base nas informações, discussões e análise acima referidas, o Comitê de Auditoria considerou as demonstrações financeiras consolidadas da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A e sua Controlada Pirapora Energia S/A, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, assim como o respectivo Relatório da Administração, em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, recomendando sua aprovação.

Paulo Ferreira

Membro Independente e Coordenador

Benedito Alfredo Baddini Blanc

Membro Independente

Gabriel Monegatti Mattei

Membro Independente

Otávio Ramos dos Santos

Membro Independente

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. O COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA EMAE

1.1 APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo fornecer informações sobre as atividades do Comitê de Auditoria, seus resultados, conclusões e recomendações do exercício de 2024, em conformidade com o inciso V, Parágrafo Primeiro, do Artigo 29 do Estatuto Social, que determina a prestação anual de contas ao Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria (COAUD ou Comitê) da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE ou Companhia) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (CA). Autônomo em relação aos demais órgãos estatutários, de caráter permanente e seu funcionamento, composição e atribuições, até a data de 04 de novembro de 2024, foram regidos pela Lei 13.303/2016, pelo Estatuto Social da EMAE, então vigente, e pelo regimento interno do próprio Comitê e, a partir de 05 de novembro de 2024, tendo em vista as alterações introduzidas pela AGE realizada nessa data, que refletiu a mudança de controle acionário, o seu funcionamento, composição e atribuições passaram a seguir o novo estatuto social, bem como a legislação pertinente aplicável.

Em 2024, o COAUD foi composto por quatro membros, sendo todos independentes, eleitos pelo CA, sem mandato fixo, tendo sido um deles também conselheiro de administração até a data da AGE mencionada acima, quando houve a eleição dos novos membros do Conselho de Administração. Um de seus componentes possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. No colegiado é permitido o limite máximo de cinco integrantes, conforme definido no artigo 30 do Estatuto Social vigente da EMAE. O currículo resumido dos membros integrantes do Comitê é apresentado no Anexo 5.1.

O Comitê se reúne mensalmente de maneira ordinária, e extraordinária, sempre que necessário, após convocação de seu Coordenador, inclusive quando requerido pelo CA. São realizadas regularmente reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal, especialmente para tratar das demonstrações financeiras trimestrais e anuais da Companhia e sua controlada.

Atendendo ao Estatuto anterior, o Coordenador do Comitê ainda como membro do Conselho de Administração relatou, mensalmente, as atividades do Comitê àquela instância, que, ademais, recebeu relatório mensal das atividades do colegiado (Vide Anexo 5.2).

1.2 ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ

O Comitê de Auditoria da EMAE foi instalado em 12 de setembro de 2018 e atende aos requisitos da legislação pertinente.

Atuando de forma autônoma em relação à Diretoria e aos demais órgãos estatutários, com a finalidade principal de acompanhar, avaliar e manifestar-se, quando necessário, sobre:

- a) a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da EMAE;
- b) a qualidade e integridade da área de controles internos;
- c) a qualidade e a integridade da auditoria interna;
- d) a contratação e a destituição dos auditores independentes, suas atividades, qualidade dos serviços e independência;
- e) as exposições de risco da Companhia;

- f) a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão;
- g) o acompanhamento da área financeira (até outubro de 2024);
- h) o acompanhamento das denúncias envolvendo a contabilidade, auditorias e controles internos; e,
- i) a adequação e a divulgação das transações com partes relacionadas.

O Comitê realizou, durante 2024, 16 reuniões para o cumprimento das suas obrigações estatutárias, regulamentares e legais. Destaque-se que o COAUD acompanhou ao longo do primeiro trimestre de 2025 a elaboração das demonstrações financeiras do exercício de 2024.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

As principais atividades desenvolvidas pelo COAUD no exercício de 2024 são descritas a seguir:

2.1 ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA INTERNA:

Organização, Estrutura e Principais Atividades

A Auditoria Interna é uma atividade que atua de forma independente com o objetivo de avaliar a eficiência e eficácia do sistema de controles internos, acrescentando valor e otimizando as operações, contribuindo para o alcance dos objetivos da organização, utilizando enfoque sistemático na avaliação do processo de gestão de riscos, dos controles e da governança.

A Auditoria Interna da EMAE, até sua extinção formal em novembro de 2024, atuou com apenas três funcionários, sendo um gerente, um auditor pleno e um analista administrativo, e parte substancial do seu trabalho, de ordem técnica, era normalmente realizado por meio de empresa terceirizada; contudo, no exercício de 2024, não houve esse tipo de contratação.

Em 2024, a Auditoria Interna revisou a apuração dos indicadores e dos cálculos do PLR – Programa de Participação nos Lucros e Resultados, deu prosseguimento ao follow up de pontos de auditoria interna levantados em anos anteriores por consultorias especializadas e acompanhou os trabalhos do Tribunal de Contas do Estado, da Secretaria da Fazenda, da Corregedoria Geral da Administração e da Assembleia Legislativa. Além disso, o gerente da Auditoria Interna também secretariou o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria e realizou várias outras atividades administrativas não relacionadas com a atividade-fim da área.

Durante o ano de 2024, não houve a realização de qualquer trabalho de auditoria interna executado por empresa terceirizada, contudo, o processo anteriormente estruturado para a contratação de consultoria especializada para a realização de trabalhos pelo período de até quatro anos, iniciado em agosto de 2023, não logrou êxito e foi descartado em 2024, tendo em vista o processo de privatização da Companhia.

Como já mencionado, a equipe de auditoria interna da EMAE era responsável por vários trabalhos que não eram repassados às empresas contratadas. Dentre esses, e além dos já citados acima, em 2024, também fez, como mencionado no item 2.4, a auditoria da Avaliação da Execução do Plano de Negócios de 2023, da EMAE e sua controlada, realizada pela área de Conformidade, trabalho esse requerido enquanto empresa estatal.

Tendo em vista a escassez de pessoal especializado na auditoria interna, face o volume e complexidade dos trabalhos, o gerente da área executou parte substancial de todas as atividades.

O Comitê analisou e discutiu os relatórios trimestrais da Área de Auditoria Interna e, em janeiro de 2025, apreciou o respectivo Relatório Anual de Atividades de 2024, o qual abrangeu o período de janeiro a setembro do referido exercício.

Revisão de Controles Internos

Como já comentado anteriormente, não foi dado andamento ao processo licitatório para a contratação de consultoria especializada, com objetivo de revisar os processos de negócio durante os próximos quatro anos, tendo sido encerrado em setembro de 2024.

O follow up de pontos de auditoria, levantados em períodos anteriores, tanto pelas empresas que realizaram revisões de controle interno nos últimos anos quanto pela própria auditoria interna, continuou a ser realizado, de maneira regular, existindo nesta data poucos pontos em aberto.

Conforme mencionado na seção 2.4 Acompanhamento das Atividades do Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno deste relatório, a área de Conformidade realizou em 2024 vários trabalhos focados no aperfeiçoamento dos controles internos.

A auditoria externa, por sua vez, também colaborou na revisão de controles internos, mas na extensão necessária apenas para obter o entendimento dos controles internos relevantes para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, e não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos.

Assim, considerando a abrangência e o resultado das revisões de controles internos dos últimos anos e as atividades da auditoria interna realizadas em 2024, somadas à contribuição dos auditores externos e aos trabalhos realizados pela área de Conformidade, e considerando o bom ambiente de Governança que a EMAE vem mantendo, podemos dizer que o sistema de controles internos da empresa, além de estar em constante aperfeiçoamento, propicia segurança razoável para que erros graves que possam prejudicar a empresa não ocorram.

2.2 ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA EXTERNA:

A Russell Bedford Brasil Auditores independentes S.S. foi a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios de 2020 a 2023, e em 2024 pelas revisões das demonstrações financeiras trimestrais.

Registre-se que foi conduzido processo de contratação de nova empresa para a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios de 2024 e 2025 e das demonstrações intermediárias de 2025, oportunidade em que, na data de 07 de janeiro

de 2025, o COAUD analisou as informações fornecidas pela Diretoria Financeira sobre a contratação da BDO RCS Auditores Independentes Sociedade Simples Limitada, para a prestação de serviços de auditoria independente para a EMAE e sua controlada Pirapora Energia S/A, e considerou que o processo de contratação atendeu aos requisitos legais e estatutários e estava em condições de ser apreciado pelo Conselho de Administração, recomendando sua aprovação.

O Comitê manteve durante o ano reuniões regulares com os auditores externos para discussão dos resultados da auditoria e das revisões realizadas e de aspectos contábeis relevantes, o que permitiu aos seus membros avaliar a qualidade e objetividade dos trabalhos realizados.

O Relatório de Controles Internos de 2023, emitido pela Russell, foi objeto de apresentação e discussão com o COAUD e a Administração, não tendo sido identificado qualquer ponto significativo que pudesse comprometer o sistema de controles internos. Já o Relatório de 2024, a ser emitido pela nova empresa, deverá ser apresentado à Companhia nos próximos meses.

Em 25 de fevereiro de 2025, a BDO reuniu-se com o COAUD para a apresentação do plano de trabalho da auditoria das demonstrações financeiras da EMAE e de sua controlada Pirapora de 31 de dezembro de 2024, que foi avaliado pelos comitentes como adequado.

O Comitê de Auditoria, em sua avaliação, concluiu que os Auditores Externos mantiveram sua independência e objetividade ao longo de 2024.

Ao longo de 2024, nem a Russell nem a BDO foram contratadas para prestar outros serviços à EMAE, além dos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras.

2.3 ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE APURAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTAIS E ANUAIS:

Trimestralmente e anualmente, respectivamente em relação às demonstrações intermediárias e anuais, os gerentes dos Departamentos de Contabilidade, Custos e Fiscal e de Orçamento e Finanças apresentam ao Comitê de Auditoria o resultado financeiro da EMAE. Por sua vez, os auditores externos, apresentam suas conclusões sobre as demonstrações financeiras e os membros do COAUD fazem as observações que julgam pertinentes. Nessas ocasiões, uma parte da sessão é de caráter reservado envolvendo apenas o Comitê e os auditores externos.

Os principais itens apresentados pela Auditoria Externa durante o exercício, foram:

- Relatório de pontos de recomendação identificados na auditoria anterior;
- Planejamento anual e principais riscos identificados;
- Demonstrações financeiras e notas explicativas, trimestrais e anuais;
- Principais assuntos do período auditado, incluindo suas eventuais preocupações;
- Status dos trabalhos de auditoria;
- Pareceres; e,
- Confirmação de sua independência em relação à EMAE.

O Comitê registra que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da EMAE e os Auditores Independentes em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, assim como não foram identificados indícios de fraudes. Cabe ressaltar que todos os relatórios dos auditores externos emitidos em 2024 sobre as demonstrações financeiras não contiveram ressalvas.

Avaliação do Resultado Atuarial

Como parte de suas atribuições, o Comitê avalia a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão da EMAE.

Em setembro de 2024, em reunião realizada com o Comitê Gestor de Investimento e Previdência, o Comitê de Auditoria apreciou matéria sobre a razoabilidade dos parâmetros que foram utilizados para fundamentar os cálculos atuariais e o resultado atuarial dos planos de benefícios definidos mantidos pela EMAE em 31 de dezembro de 2024. Os comitentes tomaram conhecimento e manifestaram sua concordância com os parâmetros atuariais então definidos.

O passivo atuarial da EMAE em 31 de dezembro de 2024 foi apurado com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes, considerando as informações e dados fornecidos pela EMAE, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1)/IAS 19 - Benefícios a Empregados, conforme análise realizada pelo Comitê do relatório fornecido pela Mercer Human Resource Consulting Ltda., apreciado na reunião realizada com o Comitê Gestor em 24 de março de 2025.

Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Consolidadas da EMAE

Em 31 de dezembro de 2024, a EMAE apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas terrenos classificados como ativos não circulantes mantidos para venda no montante de R\$ 211.470 mil (R\$ 171.000 mil em 2023), os quais foram mensurados ao valor justo, com base em laudos de avaliação elaborados por especialistas internos. A BDO citou em seu parecer que os laudos, que suportaram o processo de registro e mensuração dos terrenos, não contemplam todas as informações e análises necessárias para a mensuração dos terrenos a valor justo. Dessa forma, a BDO, por não conseguir concluir sobre o valor de mercado registrado em 31 de dezembro de 2024, ressaltou seu parecer.

A Diretoria Financeira se pronunciou a respeito mostrando-se comprometida a eliminar essa ressalva ainda no primeiro trimestre de 2025. Discussões já foram iniciadas com empresa contratada, especializada em avaliações, que terá como objetivo determinar as informações necessárias para possibilitar a BDO concluir sobre o valor contabilizado.

2.4 ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO (“CONFORMIDADE”):

Controle Interno

A Administração da EMAE é responsável pelo desenho e a implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a aderência às exigências legais, tributárias e estatutárias.

O Comitê recebe, analisa e discute os relatórios trimestrais e anual da Área de Conformidade.

Em 2024, o Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (Conformidade) deu continuidade aos processos mapeados pela consultoria especializada MBS - Estratégias e Sistemas, consolidando os mecanismos de monitoramento e verificação da efetividade dos controles previamente estabelecidos. Durante o exercício, a Conformidade não identificou necessidades de ajustes ou revisões adicionais dos controles internos.

Os principais processos monitorados em 2024 foram:

- Controle de acesso de pessoas e materiais às unidades da empresa: Revisão periódica dos protocolos de segurança para garantir a proteção das instalações e ativos corporativos.
- Controle de cheias do Rio Pinheiros: Monitoramento contínuo das condições hidrológicas e da operação de barragens para mitigar riscos associados a inundações e impactos ambientais.

Código de Conduta e Integridade

O Comitê durante o ano de 2024, como parte de suas atribuições, através das reuniões trimestrais com a área de Conformidade, tomou conhecimento das atividades desenvolvidas no sentido de reforçar a importância do Programa de Integridade da EMAE.

Canal de Denúncias

O Canal de Denúncias é terceirizado por empresa especializada. As denúncias, após o recebimento pelo canal, são encaminhadas ao Comitê de Ética para ulterior apuração. Cabe ressaltar que, o protocolo padrão do referido canal assegura a preservação da identidade do denunciante.

Durante o ano de 2024, não houve denúncia a ser reportada ao Conselho de Administração que envolvesse as matérias do escopo de supervisão do COAUD, quais sejam, contabilidade, auditoria e controles internos.

Transações com Partes Relacionadas

O Comitê também discutiu com a área de Conformidade o processo relativo à identificação das operações com partes relacionadas e verificou que continua

funcionando adequadamente. Em sua avaliação das demonstrações financeiras da EMAE e sua controlada em 31 de dezembro de 2024, o Comitê constatou que as notas explicativas dão plena divulgação às transações com partes relacionadas relevantes ocorridas no exercício.

Para o exercício de 2024, a relação de partes relacionadas engloba tanto as que estiveram em vigor enquanto a EMAE era controlada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, quanto aquelas associadas ao novo controlador.

Gestão de Riscos

Em 2024, como parte de suas atribuições em relação à Gestão de Riscos, o COAUD tomou conhecimento, pela área de Conformidade, de que não houve alteração na criticidade dos riscos registrados na Matriz de Riscos da Companhia, e que ao longo do exercício não houve a materialização de nenhum dos riscos já identificados.

Lei Geral de Proteção de Dados

A área de Conformidade reporta, ao COAUD, periodicamente, informações sobre a implantação de controles e as revisões de normativos relacionados à LGPD. Trata-se de um projeto significativo de difícil implantação que teve seu início em 2021 e ainda se encontra em andamento, sendo que as principais pendências se concentram nas áreas de Tecnologia da Informação, Segurança da Informação e Desenvolvimento de Sistemas.

Conforme informado pela Conformidade em seu relatório anual do exercício de 2024, os próximos passos incluem a conclusão das pendências identificadas, a implementação de auditorias periódicas para avaliar a eficácia das medidas adotadas e o aperfeiçoamento dos processos internos para garantir a segurança e privacidade dos dados tratados pela EMAE.

Avaliação do Plano de Negócios de 2023

No mês de agosto de 2024, a área de Conformidade apresentou ao Comitê o Resultado da Avaliação da Execução do Plano de Negócios de 2023, da EMAE e sua controlada, e o respectivo Relatório de Auditoria Interna, que mostrou que a avaliação foi realizada de maneira adequada considerando os procedimentos até então definidos para tal. O Comitê emitiu manifestação favorável ao Conselho de Administração.

Alteração de Políticas Corporativas

Em dezembro de 2024, as políticas corporativas relativas a Código de Conduta, Conformidade, Transação com Partes Relacionadas e Gestão de Riscos foram atualizadas pela diretoria e, posteriormente, aprovadas pelo Conselho de Administração. No entanto, essas atualizações não passaram pelo Comitê de Auditoria.

Como essas políticas estão relacionadas ao escopo de atuação do Comitê, lembramos ao Conselho de Administração que, nas próximas atualizações, pode recorrer ao Comitê de Auditoria, seu órgão de assessoramento nesses assuntos, para uma revisão prévia das atualizações.

2.5 ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ÁREA FINANCEIRA:

O COAUD apreciou, no mês setembro, a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio da EMAE no valor de R\$29,8 milhões, tendo o COAUD se manifestado ao Conselho de Administração a favor do pagamento.

Em 2024, o Comitê reuniu-se mensalmente com a Diretoria Financeira para acompanhar a execução orçamentária e o fluxo de caixa, da EMAE e de sua controlada.

2.6 OUTRAS ATIVIDADES:

Além daquelas definidas legal ou estatutariamente e descritas acima, o COAUD não desenvolveu outras atividades extraordinárias ao longo do exercício, além de manter articulação regular com o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Financeira e Departamento Jurídico.

3. RECOMENDAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DA EMAE

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de apuração e preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A e sua Controlada Pirapora Energia S/A, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, tendo discutido as referidas demonstrações com o Departamento de Contabilidade, Custos e Fiscal. Analisou as citadas Demonstrações, as Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e discutiu os trabalhos com os auditores independentes. Ao final do processo, os Comitentes conheceram e debateram o relatório dos auditores independentes, emitido com ressalva por não ter sido possível aos auditores concluir sobre a mensuração dos terrenos avaliados a valor justo no montante de R\$ 211.470 mil.

Com base nas informações, discussões e análise acima referidas, o Comitê de Auditoria considerou as demonstrações financeiras consolidadas da EMAE –

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A e sua Controlada Pirapora Energia S/A, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, assim como o respectivo Relatório da Administração, em condições de serem apreciados pelo Conselho de Administração, recomendando sua aprovação.

4. RESPONSABILIDADES

Consoante o Artigo 142, Inciso V da Lei 6.404/76, é responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia se manifestar quando do encerramento do exercício sobre o relatório da administração e as contas da diretoria.

De acordo com o Estatuto Social, Inciso IV do Artigo 17, compete ao Conselho de Administração da Companhia manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e os balanços consolidados, que deverão ser submetidos à sua apreciação.

Compete à Diretoria a elaboração e a submissão ao Conselho de Administração, das demonstrações financeiras e, quando for o caso, da minuta de relatório da administração, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a

legislação societária brasileira, com as determinações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como as normas internacionais aplicáveis.

Os auditores independentes são responsáveis por examinar as demonstrações financeiras da Companhia, de forma a assegurar que foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais e brasileiras de contabilidade, e refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da EMAE. Sua opinião é consubstanciada em relatório específico, que é encaminhado ao COAUD e ao CA.

As responsabilidades do Comitê estão relacionadas com suas atribuições, apontadas nos itens 2.2 e 2.3 acima. Especificamente no que tange as demonstrações financeiras da Companhia, compete ao colegiado supervisionar sua elaboração, bem como a qualidade e integridade de seu conteúdo. Para tanto, o COAUD se baseia nas apresentações regulares da Diretoria Financeira e nas manifestações da auditoria independente, que, regularmente, tem reafirmado que seus exames são realizados tendo por base os padrões de auditoria normalmente aceitos, num contexto de independência em relação à EMAE.

Em resumo, é importante destacar que não compete ao COAUD levar a termo verificações específicas ou gerais com caráter de auditoria, nem, tampouco, garantir a acuracidade das demonstrações financeiras da Companhia.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Paulo Ferreira

Membro Independente e Coordenador

Benedito Alfredo Baddini Blanc

Membro Independente

Gabriel Monegatti Mattei

Membro Independente

Otávio Ramos dos Santos

Membro Independente

Observação da Companhia: Em atendimento ao disposto no art. 31-D da Resolução CVM nº 23/21, a EMAE optou por disponibilizar, em anexo às Demonstrações Financeiras de 2024, a íntegra do Relatório Anual do Comitê de Auditoria Estatutário, exceto pelos anexos, com o objetivo de reforçar a transparência e assegurar a completeza das informações prestadas ao mercado.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. ("Companhia" ou "EMAE")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **EMAE** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os fluxos de caixa individual e consolidado, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ativo não circulante mantido para venda

Conforme nota explicativa nº 14, em 31 de dezembro de 2024 a EMAE possui terrenos classificados como ativo não circulante mantido para venda no montante de R\$ 211.470 mil (R\$ 171.000 mil em 2023), os quais são mensurados ao valor justo, com base em laudos de avaliação elaborados por especialistas internos. Durante a realização de procedimentos de auditoria, identificamos que o laudo que apoiou o processo de registro e mensuração dos terrenos na data base, não contempla todas as informações e análises necessárias, os quais consideramos como relevantes para mensuração do terreno ao valor justo. Dessa forma, considerando os elementos e documentos fornecidos, não foi possível satisfazermos sobre a mensuração dos terrenos avaliados a valor justo no montante de R\$ 211.470 mil por meio de outros procedimentos de auditoria assim como dos valores apresentados nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2024 e também a necessidade de mensurar os possíveis efeitos desses assuntos nos respectivos saldos comparativos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Adições do ativo contratual

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.8 e 15 às demonstrações contábeis, a Companhia possui registrado como ativo contratual em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 490.916 mil (R\$ 375.887 mil 2023), que representa, substancialmente, os gastos com infraestrutura e gestão dos ativos de geração da concessão.

Os gastos com o ativo contratual da concessão no exercício perfizeram o montante de R\$ 153.917 mil e devem ser aplicados integralmente nos itens previstos no contrato de concessão.

Por estas razões, bem como pela relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- Entendimento do desenho e processos relevantes implementados pela Companhia sobre o reconhecimento e mensuração dos montantes contabilizados como ativo financeiro indenizável;
- Avaliação da natureza desses investimentos com a infraestrutura aplicada;
- Aplicação de teste documental, por amostragem, sobre os materiais e serviços aplicados aos gastos com infraestrutura e gestão dos ativos de geração, bem como, avaliação se a sua classificação foi apropriada;
- Revisão das políticas contábeis estabelecidas pela Companhia para tal contabilização e sua aplicabilidade às normas contábeis vigentes;
- Revisão das divulgações realizadas pela Companhia.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas e o efetivo reconhecimento do ativo de contrato são apropriados no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado - informação suplementar

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico - CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (R1). Em nossa opinião, essas demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, as quais emitiram opinião sem modificação na data de 28 de fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossas opiniões. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2025

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade anônima, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 16º andar, Bairro de Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da EMAE do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Blank page with faint blue background and white border.